

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2026-PMO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026-PMO

EDITAL

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE OROCÓ/PE** através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pelo Agente de Contratação oficial do Município, designado pela Portaria nº 096/2025, , realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/06/2026

Horário: 09h05min

E-mail para contato: licitacao@oroco.pe.gov.br

Plataforma: <https://www.licitacaooroco.com.br>

Local da Sessão: Av. Prefeito Ulisses de Novaes Bione, nº 427 - Centro - Orocó-PE, sala de licitações.

Critério de Julgamento: Menor Preço Global.

Valor Máximo Estimado/Admitido: R\$ 2.808.048,86 (dois milhões oitocentos e oito mil e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos)

Impugnações e Esclarecimentos até o dia 08 de junho de 2026.

O Agente de Contratação que conduzirá esse certame foi nomeado juntamente com sua Equipe de Apoio a Contratações;

A(s) empresa(s) vencedora (s), se compromete a prestar e entregar a obra a Prefeitura de Orocó-PE; dentro do melhor padrão de atendimento e de qualidade, conforme memorial descritivo e especificações técnicas contidas no Projeto Básico.

A execução da obra e serviços serão realizados conforme condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

As obras a serem executadas deverão atender às Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaio da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ou outras normas similares indicadas pela Proponente e aceitas pelo contratante que garantam, no mínimo, qualidade análoga à exigida pelas normas da ABNT.

O Regime de Execução será: Execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

INVERSÃO DE FASES:

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 17, §1º, dispõe que a fase de habilitação, em regra, ocorre após o julgamento das propostas. Contudo, o mesmo dispositivo autoriza a Administração a definir ordem diversa, desde que haja justificativa técnica e fundamentada que demonstre vantagem para a lisura, eficiência ou segurança do certame.

Motivação para a Inversão

1. Complexidade do objeto:

O presente certame visa à contratação de empresa para execução de obra pública (construção de unidades habitacionais), que exige qualificação técnica específica e comprovada, inclusive em serviços de maior relevância.

A exigência de acervo técnico-profissional e técnico-operacional qualificado torna essencial que a Administração verifique previamente a habilitação das empresas, sob pena de conduzir todo o procedimento com licitantes que, ao final, não possam ser contratados.

2. Eficiência administrativa e economia processual:

A inversão evita que a Administração dedique tempo e recursos à análise de propostas e realização de lances de empresas que não atenderão aos requisitos de habilitação. Dessa forma, reduz-se a carga de trabalho da equipe de apoio e do Agente de Contratação, garantindo maior eficiência e celeridade ao processo.

O TCU, em diversos julgados, já reconheceu que a inversão pode ser admitida quando traz vantagem objetiva à Administração.

3. Segurança jurídica:

A habilitação prévia assegura que apenas empresas efetivamente aptas técnica e juridicamente participem da disputa de preços. Isso reduz o risco de questionamentos posteriores, impugnações ou anulação da licitação por habilitação irregular de vencedor.

Também previne a frustração do certame por eventual desclassificação tardia, preservando a competitividade entre licitantes habilitados.

4. Interesse público:

A Administração busca assegurar que a contratação seja firmada com empresa que reúna previamente todas as condições de executar a obra dentro do prazo e padrões exigidos, garantindo continuidade do serviço público e qualidade na execução.

5. Entendimento do TCU

O Acórdão 387/2024-TCU-Plenário manifestou-se favoravelmente à prática, afirmando que "É possível a inversão de fases entre habilitação e julgamento das propostas", desde que a necessidade seja devidamente justificada no edital. Esta decisão consolida o entendimento de que a inversão é um instrumento válido para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, desde que observados os princípios da motivação e da transparência.

Diante do exposto, a inversão da ordem de fases – com a habilitação antecedendo a análise das propostas e lances – justifica-se por razões de:

- Complexidade técnica do objeto, que exige análise prévia de habilitação robusta;
- Eficiência processual, evitando esforço administrativo desnecessário;
- Segurança jurídica, assegurando que apenas licitantes aptos participem da etapa competitiva;
- Atendimento ao interesse público, conforme previsão expressa do art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- Entendimento Jurisprudencial do TCU

DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA

O certame será realizado sob o regime de **contratação integrada**, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada a responsabilidade pela elaboração e aprovação dos projetos básico e executivo, execução integral da obra, obtenção das licenças e demais providências necessárias à entrega final e ao desempenho pleno do objeto.”

Anteprojeto e Documentos de Referência

Integram o edital, como subsídios técnicos mínimos para elaboração das propostas, o **Anteprojeto de Engenharia**, o **Memorial Descritivo FNHIS 2025**, a **Autorização Ambiental nº 02/2025** e o **Plano de Execução Preliminar.**”

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: contratação integrada de empresa de engenharia especializada para elaboração dos projetos básicos e executivos, bem como a execução integral das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares, com suas respectivas infraestruturas urbanas, hidrossanitárias, elétricas e de drenagem pluvial, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - FNHIS SUB 50, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo FNHIS 2025, devidamente aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Orocó/PE.

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Projeto de Engenharia – Especificações - Anexo I deste instrumento.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Projeto de Engenharia – Especificações - Anexo I, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o objeto.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia,

serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

1.6. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 às 13:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: <https://www.licitacaooroco.com.br>;

2.2.2. Pelo e-mail: licitacao@oroco.pe.gov.br; ou

2.2.3. No endereço Av. Prefeito Ulisses de Novaes Bione, nº 427, Centro – Orocó/PE, no horário de expediente de 08h00min as 13h00min.

2.2.4. Caso a entrega do pedido de impugnação seja enviada via e-mail ou entregue no endereço do item 2.2.3, a integral do pedido será divulgada no portal de compras públicas para visualização pública.

2.3. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do Município e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - PROJETO DE ENGENHARIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

- 3.1.3. ANEXO III – MAPA DE RISCOS;
- 3.1.4. ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- 3.1.5. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÕES;
- 3.1.6. ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.2. www.oroco.pe.gov.br; e,

3.2.1.3. www.licitacaooroco.com.br/; e,

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Município, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 5 (cinco) dias;

Prazo de Execução: 12 (meses) meses.

5.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação prevista no orçamento vigente para o exercício de 2026:

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Orocó

Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade orçamentária: 9001 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 1502 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

Ação: 1.823 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

Despesa 304 A.4.90.51.00 Obras e Instalações

Fonte de recurso: 1 - MSC - 1-500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.0000

Ação: 1.824 - INFRAESTRUTURA PARA LOTEAMENTO URBANO

Despesa 305 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

Fonte de recurso:t - MSC - 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.0000

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: [https:// www.licitacaooroco.com.br/](https://www.licitacaooroco.com.br/).

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.3.1.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.4. Não poderão participar os interessados:

6.4.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.4.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.4.5. Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e 6.4.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.5. O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.6. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios pode reduzir o universo da disputa. O consórcio pode retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Conforme Acórdão nº 1165/2012-Plenário, TC 037.773/2011-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 16.5.2012: Fica ao juízo discricionário da Administração Pública a decisão, devidamente motivada, quanto à possibilidade de participação ou não em licitações de empresas em consórcio

Justificativa da Restrição a Consórcios

1. Escopo da contratação: o objeto da licitação consiste na execução de obra de engenharia sendo necessidade de gestão centralizada.
2. Risco de fragmentação: a execução por consórcio pode dificultar a gestão contratual, exigindo a coordenação de várias empresas, o que aumenta riscos de atrasos, divergências de responsabilidade e compromete a celeridade da obra.
3. Precedente do TCU: o Acórdão nº 1165/2012-Plenário ressalta que a vedação a consórcios é admissível quando o objeto é de médio porte e não exige alta complexidade técnica ou capacidade financeira extraordinária — características que não se aplicam ao presente certame, em que a execução pode ser realizada por uma única empresa de engenharia regularmente habilitada.
4. Proporcionalidade: a vedação é proporcional porque o objeto não exige somatório de capacidades técnicas ou financeiras de múltiplas empresas. Logo, permitir consórcios poderia gerar redução artificial da competitividade (empresas que poderiam competir entre si unindo-se para formar um bloco único).

6.7. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas. Permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido. E, conforme Súmula 281 do TCU: “É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”.

Justificativa da Restrição a Cooperativas

1. Natureza do objeto: a execução de obra pública demanda subordinação direta dos trabalhadores à contratada, presença física permanente no canteiro, cumprimento rigoroso de cronogramas e normas técnicas (ABNT, CREA/CAU).
2. Incompatibilidade estrutural: cooperativas de trabalho, por sua natureza jurídica, não estabelecem vínculo de subordinação entre cooperados e a cooperativa. Essa condição inviabiliza a adequada gestão de responsabilidades trabalhistas e de segurança do trabalho, essenciais na execução de obras civis.
3. Entendimento do TCU: a Súmula nº 281/2012 do Tribunal de Contas da União estabelece que *“é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado, houver necessidade de subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade”*. O caso concreto se enquadra exatamente nessa hipótese.
4. Risco à eficiência: a contratação de cooperativas poderia comprometer a eficiência administrativa (art. 37 da CF/88), pois qualquer aditivo, pagamento ou alteração contratual dependeria da anuência coletiva dos cooperados, gerando entraves burocráticos e insegurança para a execução da obra.

Assim, a vedação de participação de consórcios e cooperativas nesta licitação está adequadamente motivada pelos seguintes fundamentos:

- Legalidade: art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (consórcios) e Súmula nº 281 do TCU (cooperativas).
- Razoabilidade e proporcionalidade: objeto de médio porte, plenamente exequível por uma empresa isolada.
- Eficiência e controle contratual: necessidade de gestão centralizada, cumprimento rigoroso de prazos e responsabilidades diretas.
- Proteção ao interesse público: prevenção de riscos de atrasos, disputas internas, insegurança jurídica trabalhista e redução artificial da competição.

6.8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.8.1. Comprovação de avaliação prévia do local de execução da obra, feita através de uma das seguintes opções a critério do licitante:

a) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, em substituição da referida vistoria prévia, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos:

"DECLARAMOS sob as penalidades da lei, que temos conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Orocó - PE";

b) Vistoria prévia ao local de execução da obra, a ser realizada pelo responsável técnico da empresa até o último dia útil que anteceder a licitação. O correspondente atestado de vistoria deverá ser formalmente elaborado pelo próprio licitante e assinado pelo seu representante legal ou responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, a data que foi efetuada a vistoria, e basicamente com os seguintes termos:

"ATESTAMOS sob as penalidades da lei, que vistoriamos o local de execução da obra e tomamos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, realizada pela Prefeitura Municipal de Orocó - PE".

6.8.1.1. No caso do licitante optar por realizar a vistoria prévia ao local de execução da obra, deverá comunicar ao Órgão de Contratação com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida vistoria, necessária para que seja feito o devido agendamento junto ao setor competente do Município que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

6.8.1.2. No caso de opção pela não visita, a empresa deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu representante legal ou responsável técnico que tem pleno conhecimento das condições relativas a natureza da obra ou serviços a serem executados, contendo a

identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos:

"DECLARAMOS sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 002/2026, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Orocó - PE".

6.8.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional, através da apresentação de Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. O referido atestado, que no caso é representado pela Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, só será aceita se acompanhada da comprovação de que o Profissional apresentado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante:

- a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado;
- b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho profissional competente;
- d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa;
- e) certidão de registro do licitante no conselho profissional competente, nos termos da norma vigente, dentro da data de sua validade e apenas quando essa trazer a indicação expressa do referido Profissional apresentado, como responsável técnico da empresa;
- f) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos:

"DECLARO sob as penalidades da lei, que autorizei a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Concorrência Eletrônica nº 002/2026 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Orocó - PE".

- g) A Empresa Licitante deverá comprovar através de acervo técnico-profissional na execução de obra ou serviço de características semelhantes ao Objeto do presente certame, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, cuja contratada seja a licitante, acompanhado(s) de ART e/ou RRT registrada à época da execução do(s) serviço(s), incluindo obrigatoriamente os seguintes serviços planilhados no

orçamento base, relativos às parcelas de maior relevância e valor significativo indicadas abaixo (em conformidade com o inciso II e § 2º do Art. 67 da Lei 14.133/2021). Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a:

1. Execução de fundações em concreto armado

- **Descrição:** Execução de fundações do tipo sapatas isoladas e vigas de baldrame em concreto armado ($f_{ck} \geq 20$ MPa), conforme **NBR 6122** e **NBR 6118**.

2. Estrutura de concreto armado (superestrutura)

- **Descrição:** Execução de pilares, vigas e lajes pré-moldadas ($h=12$ cm), com concreto de 20 MPa e aço CA-50, conforme **NBR 6118** e **NBR 7480**.

3. Alvenaria estrutural e vedação

- **Descrição:** Assentamento de blocos cerâmicos estruturais com argamassa industrializada, conforme **NBR 15270** e **NBR 15575** (Desempenho de edificações habitacionais).

4. Cobertura e impermeabilização

- **Descrição:** Execução de estrutura de cobertura com madeiramento, telhas cerâmicas ou fibrocimento, e aplicação de emulsão asfáltica tipo hidroasfalto conforme **NBR 9575** (impermeabilização).

5. Instalações hidrossanitárias e elétricas

- **Descrição:**
 - Redes internas de **água fria** e **esgoto sanitário**, conforme **NBR 5626** e **NBR 8160**;
 - Instalações elétricas de baixa tensão, conforme **NBR 5410** e **NBR 5419 (SPDA)**.

6. Drenagem de águas pluviais

- **Descrição:** Execução de sistema de drenagem composto por sarjetas, bocas de lobo, caixas coletoras e tubulações de concreto ($DN \geq 300$ mm), conforme **NBR 12218**.

7. Acabamentos e revestimentos

- **Descrição:** Aplicação de revestimentos cerâmicos, pintura PVA e forros em PVC, conforme **NBR 13755** e **NBR 13245**.

8. Elaboração de projetos técnicos complementares

- **Descrição:** Desenvolvimento dos **projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário e urbanístico**, conforme normas da ABNT e exigências do MCID.

6.8.2.1.0 referido profissional indicado pelo licitante deverá participar da execução da obra, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Município.

6.8.2.2.0 licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnico-profissional.

6.8.2.3. Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

6.8.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional, A Empresa Licitante deverá comprovar que possui no seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior detentor de atestado(s) de capacidade técnica na execução de obra ou serviço de características semelhantes ao Objeto do presente certame, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, referente à obra similar, incluindo obrigatoriamente os seguintes serviços ou similares planilhados no orçamento base, apresentados na(s) Certidões de Acervo Técnico - C.A.T.'s, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo indicadas abaixo (em conformidade com o inciso I e § 1º do Art. 67 da Lei 14.133/2021). Nos termos do Acórdão 1.446/2015-P do TCU, a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho, do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste. Serão admitidos as certidões ou os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a:

1. Execução de fundações em concreto armado

- **Descrição:** Execução de fundações do tipo sapatas isoladas e vigas de baldrame em concreto armado ($f_{ck} \geq 20$ MPa), conforme **NBR 6122** e **NBR 6118**.

2. Estrutura de concreto armado (superestrutura)

- **Descrição:** Execução de pilares, vigas e lajes pré-moldadas ($h=12$ cm), com concreto de 20 MPa e aço CA-50, conforme **NBR 6118** e **NBR 7480**.

3. Alvenaria estrutural e vedação

- **Descrição:** Assentamento de blocos cerâmicos estruturais com argamassa industrializada, conforme **NBR 15270** e **NBR 15575** (Desempenho de edificações habitacionais).

4. Cobertura e impermeabilização

- **Descrição:** Execução de estrutura de cobertura com madeiramento, telhas cerâmicas ou fibrocimento, e aplicação de emulsão asfáltica tipo hidroasfalto conforme **NBR 9575** (impermeabilização).

5. Instalações hidrossanitárias e elétricas

- **Descrição:**
 - Redes internas de **água fria** e **esgoto sanitário**, conforme **NBR 5626** e **NBR 8160**;
 - Instalações elétricas de baixa tensão, conforme **NBR 5410** e **NBR 5419 (SPDA)**.

6. Drenagem de águas pluviais

- **Descrição:** Execução de sistema de drenagem composto por sarjetas, bocas de lobo, caixas coletoras e tubulações de concreto ($DN \geq 300$ mm), conforme **NBR 12218**.

7. Acabamentos e revestimentos

- **Descrição:** Aplicação de revestimentos cerâmicos, pintura PVA e forros em PVC, conforme **NBR 13755** e **NBR 13245**.

8. Elaboração de projetos técnicos complementares

- **Descrição:** Desenvolvimento dos **projetos arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário e urbanístico**, conforme normas da ABNT e exigências do MCID.

Serão aceitos atestados referentes a **contratos distintos**, desde que somados atendam ao percentual mínimo de 40% e abranjam, no conjunto todos os itens destacados como de maior relevância

6.8.3.1.0 licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9 – A forma de comprovação da qualificação técnica

Para fins de habilitação técnica, será facultado ao licitante comprovar a sua qualificação técnica mediante a apresentação de, alternativamente:

I – capacidade técnico-profissional, nos termos do item 6.8.2 deste Edital; OU

II – capacidade técnico-operacional, nos termos do item 6.8.3 deste Edital.

Parágrafo único. A apresentação de ambas as modalidades de comprovação será admitida, porém não obrigatória, sendo suficiente o atendimento integral de uma das opções previstas, a critério do licitante.

6.10. GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação, como requisito de pré-habilitação:

a) Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor da obra objeto dessa Concorrência Eletrônica.

6.10.1.1. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação.

6.10.1.2. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação.

6.10.1.3. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no

País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta:

Titular - PREFEITURA DE OROCÓ.
Banco do Brasil
Agência – 1128-2
Conta Corrente – 3006-6
CNPJ – 10.114.767/0001-03

Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.4. A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.6. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo Município, acessando o seguinte endereço eletrônico: <https://www.licitacaooroco.com.br>.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do Município por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2.3. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.2.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.5. Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

8.2.6. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.2.7. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.9. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua PROPOSTA mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Projeto de Engenharia – Especificações - Anexo I;

9.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Projeto de Engenharia – Especificações - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Projeto de Engenharia – Especificações - Anexo I.

9.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em

quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

9.7. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.12. A validade da proposta de preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

10.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.8. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

10.9. 10.9. No decorrer da sessão pública, o lote único será submetido ao modo de disputa aberto, com duração inicial de 10 (dez) minutos para o envio de lances. Encerrado esse período, o sistema automaticamente prorrogará o tempo de disputa por até 2 (dois) minutos adicionais, sempre que houver lance ofertado dentro do último minuto de contagem regressiva. A sessão se encerrará de forma aleatória após o término desse período, mediante aviso do sistema, considerando o princípio da competitividade e da transparência.

Será declarado vencedor o licitante que apresentar o menor preço válido ao final da disputa.

10.10. Do cancelamento de lance:

10.10.1.O licitante poderá solicitar o cancelamento do seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.10.2. O Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

10.10.3. Encerrado o modo de disputa aberto, não será possível o cancelamento do último lance ofertado.

10.10.3.1. O licitante será responsabilizado administrativamente por não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

10.11. Encerrados os prazos estabelecidos no item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.19. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase de disputa aberto.

10.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.23.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

10.24.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.24.2. Empresas brasileiras;

10.24.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.24.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.25.3. O prazo para envio de uma nova oferta será de 2 (duas) horas, com prazo definido na plataforma eletrônica.

10.25.4. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.25.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a sua proposta atualizada, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.25.6. É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.26. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.27. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1. É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1. Contiver vícios insanáveis;

11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto de Engenharia – Especificações - Anexo I;

11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3.6. Não comprovar, quando solicitado pelo Agente de Contratação recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo Município; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1. É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências podem desclassificar automaticamente a proposta.

11.4.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo Município, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

11.5. O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Agente de Contratação verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

12.3. PESSOA JURÍDICA:

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.3.1 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.3.3.2 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.3.3.3 As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

12.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.5. Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual para os licitantes sediados no Estado de Pernambuco, para os demais licitantes dos outros Estados, Certidão Negativa Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá apresentar também Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.

12.3.11.1. Quando comprovado que o distribuidor da sede do licitante não esteja realizando a expedição da certidão, as de 1º e 2º Grau do TJPE suprirão a exigência do item 12.3.11.

12.3.12. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13. Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos, frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente (CREA), da região da sede do licitante.

12.3.14. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos- Anexo:

12.3.14.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.14.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.14.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do Município;

12.3.14.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.14.5. Declaração de que no ato da assinatura do contrato designará responsável técnico da empresa.

12.3.14.6.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.14.7.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4. Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1. Comprovação de avaliação prévia do local de execução da obra - item 6.8.1.

12.4.2.Comprovação de capacidade técnico-profissional - item 6.8.2.

12.4. 3.Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.8.3.

12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema no cadastramento da proposta

12.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e, 12.8.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos do Agente de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; 12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Agente de Contratação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.12. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21,

sendo facultado ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.13. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio ou do Agente de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.17.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do Município relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.17.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.17.3. Poderá ser utilizada, a critério do Agente de Contratação, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do Município, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.19. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - proposta atualizada - deverá ser encaminhada no prazo de 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1. Planilha de quantitativos e preços;

13.1.3.2. Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

13.1.3.3. Composição de Custos Unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas – BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos encargos sociais.

13.1.3.4. Quanto às composições de custos unitários, estas devem prioritariamente ser apresentadas no formato clássico constante em várias publicações técnicas e tabelas oficiais (TCPO, SEINFRA, SICRO etc.), por exemplo:

Fonte: (Exemplo de composição de custos unitários no formato clássico; fonte: SEINFRA-CE)

13.2. Será desconsiderada a proposta cuja planilha apresente preço unitário, para qualquer um dos serviços nela indicado, superior ao estimado pelo Município que está devidamente detalhado na correspondente planilha dos serviços a serem executados - orçamento base da licitação.

13.3. A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:

13.3.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

13.3.0 ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.4. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.4.1. Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.4.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.5.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.5.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.5.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor;

13.5.4. O deságio eventualmente obtido no valor do lote será repassado integralmente e de forma linear a todos os seus itens, sendo que, se após esse rateio restar valor unitário, para qualquer item do lote, superior ao estimado pelo Município, será atribuído ao respectivo item o valor estimado, procedendo-se novo rateio para que seja preservado o deságio obtido no lote.

13.6. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.8. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.9. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.9.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1. Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.5.2. Pelo e-mail: licitacao@oroco.pe.gov.br; ou

14.5.3. No endereço Av. Prefeito Ulisses de Novaes Bione, nº 427, Centro, Orocó – PE, CEP: 56.170-000, no horário de expediente.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: <https://www.licitacaooroco.com.br/>.

15.0. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0. DO CONTRATO

16.1. Após a homologação pela autoridade superior do Município, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da

notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo ele sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.0 prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor Município;

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

17.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

17.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se

por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2. Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3. Serão designados pelo Município representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e

fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

➤ **SERÃO ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:**

- a. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c. Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- d. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- e. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- f. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- g. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- h. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- i. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- j. Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.

➤ **SERÃO ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:**

- a. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- b. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- c. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- d. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos;
- e. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- g. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado; Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

19.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1. Obrigações do Contratante:

19.1.1. Efetuar o pagamento relativo a execução da obra efetivamente realizada, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

19.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução da obra contratada; 19.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade da obra, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

19.1.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição.

19.2. Obrigações do Contratado:

19.2.1. Executar devidamente a obra descrita na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

19.2.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

19.2.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

19.2.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

19.2.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

19.2.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.8. No prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do presente contrato, deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com os Arts. 96 a 102, da Lei 14.133/21, considerado o prazo previsto no Art. 96, § 3º, do mesmo diploma legal. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, poderá ser atualizada monetariamente. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o Contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão deste contrato. Conforme o caso e a critério do Contratante, a garantia prestada na fase de habilitação da respectiva licitação poderá ser utilizada na composição da referida garantia do contrato;

19.2.9. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre

que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

20.0. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Município, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Em até 30 dias, contados da entrega da nota fiscal (liquidação da despesa), boletim de medição e relatório fotográfico devidamente atestados pela fiscalização do Município.

20.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- g - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- h - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- i - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos

em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

j - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

k - Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0 - DAS SUBCONTRATAÇÃO:

23.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não são admitidas neste objeto.

23.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

24.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo Município, no endereço: Avenida Prefeito Ulisses de Novaes Bione, nº 427 – Centro – Orocó – PE, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.10. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Orocó, Estado de Pernambuco.

Orocó – PE, 09 de março de 2026.

Célia Maria da Silva Pereira
Autoridade Competente

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2026-PMO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026-PMO

Secretaria de Obras e Serviços Públicos – Prefeitura Municipal de Orocó/PE
Modalidade: Concorrência Eletrônica

Base legal: Lei nº 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS – PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB 50

Município: Orocó/PE

Órgão demandante: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade: Concorrência, na forma eletrônica

Regime de execução: Contratação integrada, nos termos da Lei nº 14.133/2021

Critério de julgamento sugerido: Menor preço global

Objeto: Contratação integrada de empresa de engenharia especializada para elaboração dos projetos básicos e executivos, bem como execução integral das obras de construção de unidades habitacionais unifamiliares, com respectivas infraestruturas urbanas, hidrossanitárias, elétricas e de drenagem pluvial, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50, no Município de Orocó/PE.

1. OBJETO

1.1. Descrição detalhada do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação integrada de empresa de engenharia especializada para elaboração dos projetos básicos e executivos, bem como para execução integral das obras de construção de unidades habitacionais unifamiliares**, com suas respectivas infraestruturas urbanas, hidrossanitárias, elétricas, de drenagem pluvial, acessibilidade, urbanização e demais serviços necessários à entrega final do empreendimento em condições de uso, no âmbito do **Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50**, no Município de Orocó/PE.

1.1.2. A contratação deverá compreender, de forma global, integrada e coordenada, todos os estudos, levantamentos, projetos, aprovações, licenças, autorizações, execução de serviços, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, administração local, controle tecnológico, segurança do trabalho, gestão de resíduos, documentação técnica, ART/RRT e demais providências necessárias à perfeita execução do objeto.

1.1.3. A solução deverá contemplar, no mínimo:

- a) elaboração ou complementação dos estudos técnicos necessários;
- b) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral;
- c) sondagem do solo, relatório geotécnico e recomendações de fundação;

- d) elaboração dos projetos básico e executivo, conforme o regime de contratação integrada;
- e) elaboração dos projetos arquitetônico, estrutural, fundações, hidrossanitário, elétrico, drenagem, urbanização, pavimentação, acessibilidade e demais projetos complementares necessários;
- f) aprovação dos projetos perante os órgãos competentes e concessionárias, quando aplicável;
- g) obtenção de licenças, alvarás e autorizações necessárias à execução;
- h) execução dos serviços preliminares e implantação do canteiro de obras;
- i) execução das fundações, superestrutura, alvenarias, cobertura, revestimentos, pisos, esquadrias, pintura e acabamentos;
- j) execução das instalações elétricas, hidrossanitárias, sanitárias, pluviais e demais sistemas prediais;
- k) execução da infraestrutura externa de água, esgoto, drenagem, energia, iluminação, pavimentação, calçadas, meios-fios e urbanização;
- l) limpeza final, testes, correções, documentação final e entrega do empreendimento.

1.1.4. O objeto deverá observar as diretrizes constantes do Memorial Descritivo FNHIS 2025, que prevê a construção de habitações unifamiliares, com observância de normas técnicas da ABNT, incluindo normas relativas a desempenho de edificações habitacionais, instalações elétricas, instalações prediais de água fria, esgoto sanitário, estruturas de concreto e fundações.

1.1.5. O objeto também deverá observar os documentos orçamentários cadastrados no Transferegov, nos quais constam macroserviços relativos a serviços preliminares, administração local, fundações, superestrutura, paredes e painéis, cobertura, revestimentos, pavimentação, instalações e infraestrutura/urbanização.

1.1.6. A execução será realizada sob responsabilidade integral da contratada, que deverá responder pela qualidade técnica dos projetos que elaborar, pela compatibilização entre projetos e obra, pela execução física do objeto, pelo atendimento às normas técnicas aplicáveis e pela entrega final do empreendimento em condições de funcionalidade, segurança, habitabilidade, salubridade, durabilidade e desempenho.

1.1.7. A contratação será processada mediante **Concorrência Eletrônica**, em razão da natureza de obra/serviço de engenharia e da adoção do regime de contratação integrada, conforme a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

1.2. Valor estimado e planilha orçamentária

1.2.1. O valor estimado da contratação deverá corresponder ao montante apurado em planilha orçamentária detalhada, elaborada com base em referências oficiais, composições de custos, memória de cálculo, BDI, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos da fase preparatória.

1.2.2. Como referência dos documentos anexados, o orçamento cadastrado no Transferegov indica valor total de **R\$ 2.808.048,86 (dois milhões oitocentos e oito mil e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos)**, distribuído em macroserviços de engenharia, incluindo serviços preliminares gerais, administração local, fundações, superestrutura, paredes e painéis, cobertura e proteções, revestimentos, pavimentação, instalações, complementares e infraestrutura/urbanização.

1.2.3. A planilha orçamentária deverá conter, no mínimo:

- a) identificação dos macroserviços e serviços;
- b) códigos de referência, quando existentes;
- c) fonte de preços utilizada;
- d) unidade de medida;
- e) quantitativos;
- f) custo unitário;
- g) custo total;
- h) BDI aplicado;
- i) preço unitário com BDI;
- j) preço total;
- k) memória de cálculo dos quantitativos;
- l) composições analíticas próprias, quando utilizadas;
- m) cronograma físico-financeiro.

1.2.4. O BDI deverá ser tecnicamente justificado e compatível com o regime tributário, a natureza do empreendimento, o local de execução, os riscos, despesas indiretas, seguros, garantias, tributos e lucro. O documento de composição de BDI anexado indica percentual de **21,34%**, sem desoneração, para obra do tipo construção e reforma de edifícios, incluindo administração central, seguro e garantia, risco, despesas financeiras, lucro, PIS/COFINS, ISS e CPRB igual a 0,00%.

1.2.5. Caso o quantitativo definitivo de unidades habitacionais seja alterado ou confirmado em número diverso daquele constante dos documentos técnicos originais, a Administração deverá atualizar a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, o memorial descritivo, os projetos, a ART/RRT e demais anexos, de modo a assegurar plena coerência entre o objeto licitado e o orçamento estimado.

1.2.6. O orçamento estimado deverá considerar todos os custos necessários à plena execução do objeto, incluindo elaboração de projetos, levantamentos, sondagens, licenças, aprovações, mobilização, canteiro, administração local, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos, transporte, seguros, garantias, controle tecnológico, segurança do trabalho, limpeza final, testes, documentação final e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

1.3. Reajuste

1.3.1. Os preços contratados serão reajustáveis, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a variação dos custos contratados.

1.3.2. O índice de reajuste deverá ser indicado no edital e no contrato, preferencialmente vinculado a índice setorial compatível com obras de construção civil, a exemplo do **INCC/FGV** ou outro índice tecnicamente adequado definido pela Administração, sem prejuízo da observância das regras específicas do instrumento de repasse federal, se houver.

1.3.3. O reajuste não se confunde com revisão, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro. A revisão poderá ser admitida nos casos legalmente previstos, mediante comprovação de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, com efetiva demonstração do impacto nos custos contratuais e observância da matriz de riscos.

1.3.4. Não serão admitidos reajustes automáticos sem solicitação formal ou sem observância das condições previstas no edital, contrato e legislação aplicável.

1.3.5. Quando houver atraso na execução por culpa exclusiva da contratada, a Administração deverá avaliar, de forma motivada, a repercussão desse atraso sobre eventual direito ao reajuste, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de implantação de unidades habitacionais de interesse social no Município de Orocó/PE, destinadas ao atendimento de famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade habitacional, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50.

2.2. A moradia adequada constitui elemento essencial à dignidade da pessoa humana, à proteção da família, à saúde pública, à segurança, à inclusão social e à redução das desigualdades, sendo indispensável que o Poder Público adote medidas concretas para viabilizar políticas habitacionais planejadas, tecnicamente seguras e socialmente eficazes.

2.3. A necessidade pública não se limita à edificação física das casas, abrangendo solução completa que contemple projetos, fundações, estruturas, instalações, infraestrutura urbana, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia, iluminação, acessos e demais elementos necessários à habitabilidade.

2.4. O Memorial Descritivo FNHIS 2025 evidencia que o empreendimento exige serviços técnicos prévios, como levantamento topográfico, sondagens de solo, projetos técnicos, projeto de drenagem, orçamento, cronograma físico-financeiro, licenciamento e medidas de segurança do trabalho.

2.5. A adoção da contratação integrada mostra-se adequada porque a solução envolve a elaboração e compatibilização de projetos e a execução da obra em um único fluxo de responsabilidade, reduzindo riscos de incompatibilidade técnica, falhas de interface, atrasos, aditivos decorrentes de projetos deficientes e disputas entre projetista e executor.

2.6. A Lei nº 14.133/2021 admite a contratação integrada como regime de execução de obras e serviços de engenharia, especialmente quando o contratado é responsável por elaborar e desenvolver projetos e executar a obra ou serviço de engenharia, com entrega final do objeto.

2.7. A contratação também se justifica pela necessidade de utilização eficiente dos recursos públicos vinculados ao programa federal, devendo a Administração estruturar procedimento competitivo, transparente, tecnicamente fundamentado e apto a selecionar proposta vantajosa, sem prejuízo da qualidade, segurança e durabilidade do empreendimento.

2.8. A execução do objeto por empresa especializada é necessária diante da complexidade técnica, do volume de serviços, da necessidade de responsabilidade profissional habilitada, da exigência de atendimento às normas técnicas da ABNT, da indispensabilidade de controle tecnológico e da necessidade de cumprimento do cronograma pactuado.

2.9. O interesse público está caracterizado pela possibilidade de reduzir o déficit habitacional municipal, melhorar as condições de vida de famílias vulneráveis, promover ordenamento urbano e assegurar efetividade a política pública habitacional financiada com recursos vinculados.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que tratam da fase preparatória, da definição do objeto, do planejamento da

contratação, das obras e serviços de engenharia, dos regimes de execução, da modalidade concorrência, das garantias, da fiscalização, do recebimento e da gestão contratual.

3.2. A fase preparatória da contratação deve caracterizar o interesse público envolvido, demonstrar a necessidade administrativa, avaliar a melhor solução, estimar o valor, definir requisitos, analisar riscos e estabelecer condições objetivas de execução, fiscalização e recebimento.

3.3. A necessidade da contratação decorre da existência de demanda habitacional no Município de Orocó/PE, com necessidade de implantação de unidades residenciais adequadas para famílias que se enquadrem nos critérios do programa habitacional.

3.4. A Administração Municipal não busca apenas construir edificações isoladas, mas sim viabilizar empreendimento habitacional completo, tecnicamente regular, com infraestrutura mínima de habitabilidade e compatível com as exigências do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50.

3.5. O problema público a ser solucionado consiste na insuficiência de moradias adequadas para famílias em situação de vulnerabilidade, o que gera impactos sociais, sanitários, econômicos e urbanos, ampliando a necessidade de intervenção planejada do Poder Público.

3.6. O objeto demanda conhecimento técnico especializado de engenharia, pois compreende elaboração de projetos, sondagem, topografia, fundações, estruturas, instalações, drenagem, urbanização, pavimentação, segurança do trabalho, licenciamento, controle de qualidade e compatibilização entre diversas disciplinas técnicas.

3.7. A solução deve atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto à segurança estrutural, desempenho da edificação, instalações elétricas, instalações prediais de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, acessibilidade e segurança do trabalho.

3.8. O Termo de Referência/Projeto Básico anteriormente anexado indica a adoção de concorrência eletrônica, critério de menor preço global, empreitada por preço global e regime de contratação integrada, além de prever prazos para entrega de projetos e execução de infraestrutura de água, esgoto, drenagem, energia e iluminação.

3.9. A necessidade de contratação integrada decorre da conveniência técnica de concentrar em uma única contratada a responsabilidade pela concepção final dos projetos e pela execução, evitando fragmentação de responsabilidades, retrabalhos e incompatibilidades entre a etapa de projeto e a etapa de obra.

3.10. A solução deverá ser precedida de aprovação técnica da Administração, que deverá fiscalizar a elaboração dos projetos e a execução física da obra, sem transferir à contratada decisões de conveniência administrativa, seleção de beneficiários, controle do programa, atesto das medições ou recebimento do objeto.

3.11. A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável e obtenção da proposta mais vantajosa.

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

4.1. A contratação deverá estar alinhada ao planejamento municipal, aos instrumentos orçamentários, ao Plano de Contratações Anual, se existente, ao programa habitacional federal e às metas administrativas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

- 4.2. Caso a demanda ainda não conste formalmente no Plano de Contratações Anual, recomenda-se sua inclusão ou justificativa de atualização, em razão da relevância social, da vinculação a recursos federais e da necessidade de cumprimento de prazos do programa.
- 4.3. A contratação deverá ser compatível com a dotação orçamentária específica e com a programação financeira vinculada ao instrumento de repasse.

5. VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 5.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura ou da data indicada no instrumento contratual, devendo abranger todas as etapas necessárias à plena execução do objeto, inclusive elaboração de projetos, aprovações, licenciamento, execução da obra, medições, recebimento provisório, correções, recebimento definitivo e entrega da documentação final.
- 5.2. A vigência contratual deverá ser compatível com o cronograma físico-financeiro aprovado, com os prazos do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50 e com as condições estabelecidas no instrumento de repasse federal.
- 5.3. O prazo de execução poderá ser inferior ao prazo de vigência, desde que o contrato reserve período suficiente para análise de projetos, fiscalização, correção de pendências, processamento de medições, recebimento provisório e definitivo e encerramento administrativo.
- 5.4. A prorrogação da vigência contratual poderá ocorrer na forma da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada pela fiscalização e pelo gestor do contrato, demonstrando-se a necessidade de continuidade, o interesse público, a manutenção da vantajosidade e a inexistência de prejuízo à Administração.
- 5.5. A eventual prorrogação deverá ser formalizada antes do término da vigência contratual, mediante termo aditivo, instruído com justificativa técnica, novo cronograma físico-financeiro, manifestação da fiscalização, anuência da autoridade competente e comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada.
- 5.6. Não será admitida prorrogação automática. Toda alteração de prazo deverá ser motivada e compatível com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e segurança jurídica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 6.1. A solução a ser contratada compreende a execução integrada de todas as etapas necessárias à implantação do empreendimento habitacional, desde os estudos técnicos iniciais até a entrega final das unidades habitacionais e respectivas infraestruturas em condições de uso.
- 6.2. O ciclo de vida do objeto deverá considerar não apenas a fase de construção, mas também as etapas de concepção técnica, elaboração e compatibilização de projetos, aprovação junto aos órgãos competentes, execução física, controle de qualidade, recebimento, garantia, manutenção corretiva de vícios e disponibilização da documentação final à Administração.
- 6.3. A solução deverá contemplar a elaboração dos projetos básicos e executivos necessários, observando as diretrizes do Memorial Descritivo FNHIS 2025, que prevê unidades habitacionais unifamiliares com área total de 53,86 m² por unidade e área útil de 47,56 m² por unidade, além de atendimento a normas técnicas da ABNT relacionadas a desempenho,

instalações elétricas, água fria, esgoto sanitário, estruturas de concreto e demais sistemas construtivos.

6.4. A contratação deverá assegurar que as unidades habitacionais sejam entregues com condições adequadas de segurança estrutural, habitabilidade, salubridade, conforto, funcionalidade, acessibilidade, durabilidade e desempenho, bem como com infraestrutura externa necessária à ocupação.

6.5. A solução deverá abranger, no mínimo:

- a) levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral;
- b) sondagem de solo e relatório geotécnico;
- c) elaboração dos projetos arquitetônico, estrutural, fundações, hidrossanitário, elétrico, drenagem, urbanização e demais complementares;
- d) elaboração do orçamento definitivo, cronograma e documentos técnicos;
- e) obtenção de licenças, aprovações, alvarás e autorizações;
- f) implantação do canteiro de obras;
- g) execução das edificações;
- h) execução da infraestrutura urbana;
- i) controle tecnológico;
- j) segurança do trabalho;
- k) gerenciamento ambiental e destinação de resíduos;
- l) testes, comissionamento e correções;
- m) entrega final, documentação técnica e garantias.

6.6. A solução deverá ser executada de forma integrada, a fim de evitar incompatibilidades entre projetos, atrasos decorrentes de falhas de interface, sobreposição de responsabilidades e prejuízos ao cronograma físico-financeiro.

6.7. Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratada deverá adotar materiais duráveis, sistemas construtivos adequados à realidade local, soluções de fácil manutenção e práticas que reduzam desperdícios, custos futuros e riscos de patologias construtivas.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO

7.1. A solução consiste na contratação integrada de empresa de engenharia especializada para elaborar os projetos básicos e executivos e executar integralmente as obras de implantação de unidades habitacionais unifamiliares de interesse social, com infraestrutura urbana correlata.

7.2. A contratada deverá iniciar a execução contratual com a mobilização técnica e administrativa, designando equipe responsável, apresentando plano de trabalho, cronograma detalhado, ART/RRT dos responsáveis técnicos e demais documentos exigidos para o início dos serviços.

7.3. Na etapa de estudos e levantamentos, deverão ser realizados os levantamentos topográficos, sondagens, inspeções do terreno, verificação de interferências, análise de acessos, identificação de redes existentes, avaliação de disponibilidade de água, energia, esgotamento sanitário e drenagem, bem como demais informações necessárias ao adequado desenvolvimento dos projetos.

7.4. Na etapa de projetos, a contratada deverá elaborar e compatibilizar todos os projetos necessários à execução do empreendimento, incluindo, quando aplicável:

- a) projeto arquitetônico;
- b) projeto estrutural;

- c) projeto de fundações;
- d) projeto hidrossanitário;
- e) projeto elétrico;
- f) projeto de drenagem pluvial;
- g) projeto de urbanização;
- h) projeto de pavimentação e acessos;
- i) projeto de acessibilidade;
- j) projetos de infraestrutura externa;
- k) memoriais descritivos;
- l) memoriais de cálculo;
- m) orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro;
- n) projetos “as built” ao final da obra.

7.5. Os projetos deverão ser submetidos à análise e aprovação da Administração, sem prejuízo das aprovações externas necessárias perante órgãos municipais, ambientais, concessionárias ou entidades vinculadas ao programa habitacional.

7.6. A execução da obra deverá observar rigorosamente os projetos aprovados, o memorial descritivo, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, as normas técnicas aplicáveis e as determinações da fiscalização.

7.7. A execução física deverá compreender serviços preliminares, instalações de canteiro, fundações, superestrutura, alvenaria, cobertura, esquadrias, revestimentos, pisos, forros, pintura, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, drenagem, infraestrutura, urbanização, pavimentação, limpeza final e entrega.

7.8. Os documentos orçamentários anexados indicam a estruturação da obra em macroserviços, tais como serviços preliminares gerais, administração local, fundações, superestrutura, paredes e painéis, cobertura e proteções, revestimentos, pavimentação, instalações, complementares e infraestrutura/urbanização, com valor total referencial **R\$ 2.808.048,86 (dois milhões oitocentos e oito mil e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos)**.

7.9. A entrega final somente será considerada concluída após a execução integral dos serviços, a correção das pendências, a apresentação da documentação técnica final, a aprovação da fiscalização e o recebimento definitivo pela Administração.

8. PROPRIEDADE E AUTONOMIA

8.1. Todos os documentos técnicos elaborados pela contratada no âmbito da contratação, incluindo projetos, memoriais, relatórios, levantamentos, laudos, estudos, composições, cronogramas, arquivos editáveis, ART/RRT, projetos “as built” e demais documentos correlatos, deverão ser entregues à Administração e passarão a integrar o acervo técnico documental do Município.

8.2. A Administração terá autonomia para utilizar tais documentos em atividades de fiscalização, prestação de contas, manutenção, auditoria, controle, futuras intervenções, reformas, ampliações ou correções, sempre respeitada a responsabilidade técnica dos profissionais que os elaboraram.

8.3. A contratada deverá entregar os documentos em meio físico e digital, inclusive em formatos editáveis, quando aplicável, de modo a permitir sua conferência, arquivamento, reutilização administrativa e acompanhamento técnico.

8.4. A contratada não poderá impor restrições indevidas ao uso dos documentos pela Administração, especialmente quando tais documentos forem necessários ao atendimento de órgãos de controle, órgãos concedentes, concessionárias, fiscalização, auditoria ou manutenção do empreendimento.

8.5. A propriedade administrativa dos documentos não afasta a responsabilidade técnica da contratada e dos profissionais habilitados pelos projetos, estudos, especificações e demais peças produzidas.

9. PERSONALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO

9.1. A solução deverá ser adequada às condições físicas, urbanísticas, sociais, ambientais e técnicas do Município de Orocó/PE, observando as características do terreno, do entorno, da população beneficiária, do programa habitacional e das exigências legais e normativas.

9.2. A contratada deverá avaliar as peculiaridades locais antes da elaboração final dos projetos, especialmente quanto à topografia, condições do solo, drenagem natural, acessos, redes públicas existentes, disponibilidade de água e energia, condições climáticas e eventuais interferências.

9.3. As unidades habitacionais deverão atender às exigências de funcionalidade, conforto, segurança, salubridade e acessibilidade, respeitando as diretrizes técnicas do programa e os parâmetros estabelecidos no memorial descritivo e nos projetos aprovados.

9.4. Eventuais adequações técnicas necessárias durante a execução deverão ser formalmente justificadas pela contratada e submetidas à aprovação prévia da fiscalização, não sendo admitidas alterações unilaterais que reduzam qualidade, desempenho, durabilidade, segurança ou funcionalidade do objeto.

9.5. A personalização e adequação da solução não autorizam modificação do objeto contratado, salvo nos limites admitidos pela Lei nº 14.133/2021 e desde que devidamente motivada, instruída e aprovada pela Administração.

10. CONTROLE E MANUTENÇÃO

10.1. A contratada deverá executar o objeto de modo a facilitar o controle, o acompanhamento, a manutenção e a eventual correção futura das unidades habitacionais e infraestruturas implantadas.

10.2. Para tanto, deverá apresentar ao final da execução:

- a) projetos “as built”;
- b) manuais de uso, operação e manutenção;
- c) relação de materiais e sistemas empregados;
- d) garantias de fabricantes, quando houver;
- e) laudos e ensaios realizados;
- f) ART/RRT de execução e projetos;
- g) termos de responsabilidade técnica;
- h) relatórios fotográficos;
- i) documentação de aprovação por órgãos competentes e concessionárias.

10.3. O controle da execução será realizado por meio de fiscalização técnica, boletins de medição, relatórios de acompanhamento, diário de obra, registros fotográficos, testes, vistorias e termos de recebimento.

10.4. A contratada deverá corrigir, às suas expensas, vícios, defeitos, falhas, patologias construtivas, infiltrações, problemas de instalações, recalques, falhas de acabamento ou qualquer inconformidade decorrente de projeto, execução ou materiais inadequados.

10.5. A Administração poderá recusar o recebimento de serviços que apresentem defeitos, baixa qualidade, ausência de testes, falta de documentação ou desconformidade com os projetos aprovados.

11. FORMA E CRITÉRIOS DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

11.1. A escolha do fornecedor será realizada mediante **Concorrência Eletrônica**, em razão da natureza do objeto, que envolve obra/serviço de engenharia, elaboração de projetos e execução de empreendimento habitacional.

11.2. O critério de julgamento será o **menor preço global**, considerando a natureza integrada da contratação, a necessidade de compatibilização entre projetos e execução, a unidade do empreendimento e a conveniência de responsabilização global da contratada.

11.3. A adoção do menor preço global deverá estar associada à verificação da exequibilidade da proposta, à análise das composições de custos, ao atendimento integral das exigências técnicas e à compatibilidade com o orçamento estimado.

11.4. A licitante deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos do edital e da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A qualificação técnica deverá ser compatível com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, podendo abranger experiência em obras de edificações, fundações, estruturas, instalações prediais e infraestrutura urbana, conforme definido pela equipe técnica.

11.6. A Administração deverá evitar exigências excessivas, impertinentes ou desproporcionais, de modo a preservar a competitividade, sem comprometer a segurança técnica da contratação.

11.7. Poderá ser admitida a participação de consórcios, caso a Administração entenda tecnicamente conveniente, especialmente diante da multiplicidade de especialidades envolvidas na contratação integrada.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. O objeto será aceito quando executado em conformidade com este Termo de Referência, os projetos aprovados, o memorial descritivo, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, as normas técnicas aplicáveis, as exigências do programa habitacional e as determinações da fiscalização.

12.2. A aceitação dos serviços será realizada de forma progressiva, por etapas ou medições, sem prejuízo do recebimento provisório e definitivo do objeto como um todo.

12.3. Cada etapa somente será considerada executada quando todos os serviços correspondentes estiverem concluídos, conferidos pela fiscalização e acompanhados da documentação técnica necessária.

12.4. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados com vícios, defeitos, baixa qualidade, materiais inadequados, desconformidade com projetos, ausência de documentação, falhas de segurança ou incompatibilidade com as normas técnicas.

12.5. A aceitação definitiva dependerá da entrega integral das unidades habitacionais, das infraestruturas correlatas, dos testes necessários, da documentação final, da correção das pendências e da emissão de termo circunstanciado de recebimento definitivo.

13. JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA

a) Justificativa técnica

13.1. A contratação integrada é tecnicamente justificada porque o objeto envolve múltiplas disciplinas de engenharia, exigindo compatibilização entre projetos arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários, elétricos, drenagem, urbanização e infraestrutura.

13.2. A separação entre projetista e executor poderia gerar maior risco de incompatibilidades, atrasos, retrabalhos, disputas de responsabilidade e aditivos decorrentes de falhas de projeto.

13.3. A contratação integrada permite que a mesma empresa responsável pelo desenvolvimento dos projetos também responda pela execução, assegurando maior coerência técnica, otimização do planejamento executivo e responsabilização pelo resultado final.

13.4. A solução é especialmente adequada em empreendimento habitacional vinculado a programa federal, no qual o cumprimento de prazos, padrões técnicos, orçamento e prestação de contas exige maior integração entre as etapas.

b) Justificativa econômica

13.5. Sob o aspecto econômico, a contratação integrada favorece a racionalização dos custos, a redução de retrabalho, a previsibilidade orçamentária e o controle do cronograma físico-financeiro.

13.6. A contratação por preço global, associada a matriz de riscos, orçamento estimativo, BDI justificado, projetos aprovados e fiscalização por etapas, permite maior controle sobre o custo final do empreendimento.

13.7. A concentração de responsabilidade na contratada também reduz riscos econômicos decorrentes de incompatibilidades entre projetos e obra, evitando a transferência indevida à Administração de custos que poderiam ser prevenidos por adequado planejamento técnico.

13.8. A proposta vencedora deverá demonstrar compatibilidade com os preços de mercado, com as composições de custos e com os encargos necessários à execução integral do objeto.

14. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

14.1. A contratada deverá ser empresa de engenharia regularmente constituída, com registro no conselho profissional competente e capacidade técnica e operacional compatível com o objeto.

14.2. São requisitos mínimos da contratação:

- a) registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente;
- b) indicação de responsável técnico habilitado;
- c) apresentação de ART/RRT dos projetos e da execução;
- d) comprovação de qualificação técnica operacional e profissional compatível;
- e) capacidade econômico-financeira proporcional ao objeto;
- f) regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista;
- g) atendimento às normas técnicas da ABNT;
- h) atendimento às normas de segurança do trabalho;
- i) cumprimento das exigências ambientais e urbanísticas;
- j) manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual.

14.3. A contratada deverá possuir capacidade para elaborar projetos, executar obras de edificações, realizar instalações prediais, implantar infraestrutura urbana e cumprir as exigências do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50.

14.4. Os requisitos de habilitação deverão ser definidos de forma proporcional, objetiva e vinculada ao objeto, evitando restrição indevida da competitividade.

15. SUSTENTABILIDADE

15.1. A execução do objeto deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, compatíveis com a natureza da obra e com as boas práticas de engenharia.

15.2. A contratada deverá adotar medidas para reduzir desperdício de materiais, água e energia, bem como promover a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos da construção civil.

15.3. Deverão ser priorizados materiais duráveis, adequados ao clima local, de baixa manutenção e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis.

15.4. A contratada deverá evitar descarte irregular de entulhos, contaminação do solo, obstrução de vias ou sistemas de drenagem, poluição visual, emissão excessiva de poeira e ruídos fora dos limites aceitáveis.

15.5. Quando aplicável, deverá ser apresentado plano de gerenciamento de resíduos da construção civil ou documentação equivalente, com comprovação da destinação adequada dos resíduos.

15.6. As práticas sustentáveis não poderão comprometer a segurança, a qualidade, a durabilidade ou o desempenho das unidades habitacionais.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será admitida a subcontratação parcial de serviços acessórios, complementares ou especializados, desde que previamente autorizada pela Administração e expressamente prevista no edital e no contrato.

16.2. Poderão ser objeto de subcontratação, conforme o caso, serviços como sondagem, topografia, ensaios laboratoriais, controle tecnológico, serviços especializados de instalações, licenciamento, transporte ou outras atividades acessórias que não representem o núcleo principal da contratação.

16.3. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a transferência da responsabilidade técnica principal da contratada.

16.4. A contratada continuará integralmente responsável perante a Administração pela qualidade, prazo, regularidade, segurança e conformidade dos serviços subcontratados.

16.5. A subcontratação não criará vínculo jurídico direto entre a Administração e a subcontratada, permanecendo a contratada como única responsável pela execução contratual.

16.6. A Administração poderá exigir documentos da subcontratada, quando necessário, para comprovar capacidade técnica, regularidade e aptidão para execução da parcela específica.

17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO — GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Será exigida garantia contratual correspondente a **5% do valor inicial do contrato**, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, em razão da complexidade técnica, do valor envolvido, da natureza de obra pública e da relevância social do empreendimento.

17.2. A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, cabendo à contratada optar por uma delas.

17.3. A garantia deverá assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, incluindo:

a) inadimplemento total ou parcial;

b) multas contratuais;

c) prejuízos causados à Administração;

d) correção de vícios e defeitos;

e) abandono da obra;

f) descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais quando houver repercussão contratual;

g) demais responsabilidades previstas no contrato.

17.4. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência contratual e, quando necessário, por período adicional suficiente para cobrir o recebimento definitivo e as obrigações remanescentes.

17.5. Havendo alteração do valor contratual ou prorrogação de prazo, a garantia deverá ser complementada ou renovada pela contratada.

18. GARANTIA DA PROPOSTA

18.1. Será exigida garantia da proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de até **1% do valor estimado da contratação**, conforme art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A exigência tem por finalidade conferir maior segurança ao certame, desestimular propostas sem lastro econômico, reduzir desistências injustificadas e proteger a Administração diante da complexidade e relevância do objeto.

18.3. A garantia da proposta deverá observar as modalidades admitidas pela legislação e as condições fixadas no edital.

18.4. O edital deverá disciplinar prazo de validade, hipóteses de execução, forma de devolução e consequências da não manutenção da proposta.

18.5. A garantia da proposta não se confunde com a garantia contratual, sendo esta exigida apenas da licitante vencedora, na forma prevista no contrato.

19. VISTORIA

19.1. Será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica no local onde será executado o empreendimento, mediante agendamento prévio junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

19.2. A vistoria tem por finalidade permitir que as interessadas conheçam as condições locais, acessos, topografia, interferências, disponibilidade de redes, condições de execução, logística, entorno e demais peculiaridades relevantes para elaboração da proposta.

19.3. A realização da vistoria não será obrigatória, podendo ser substituída por declaração formal da licitante de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução, assumindo os riscos decorrentes da não realização da visita.

19.4. A Administração deverá disponibilizar datas e horários que não comprometam a competitividade, evitando tratamento desigual entre as licitantes.

19.5. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada posteriormente pela contratada como justificativa para alegação de desconhecimento das condições locais, salvo situações imprevisíveis ou fatos não identificáveis por vistoria ordinária.

20. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO OBJETO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A execução contratual deverá observar integralmente os projetos aprovados, o memorial descritivo, as normas técnicas, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, a matriz de riscos, o edital, o contrato e as determinações da fiscalização.

20.2. A contratada deverá manter responsável técnico habilitado durante toda a execução, com atribuições compatíveis com o objeto, devidamente registrado no conselho profissional competente.

20.3. A obra deverá possuir diário de obra atualizado, contendo registros de serviços executados, condições climáticas, efetivo de pessoal, equipamentos utilizados, ocorrências, orientações da fiscalização, paralisações, não conformidades e providências adotadas.

20.4. A execução deverá ser realizada com observância das boas práticas de engenharia, segurança do trabalho, controle tecnológico, qualidade dos materiais, organização do canteiro e proteção da população do entorno.

20.5. A contratada deverá submeter à fiscalização qualquer alteração técnica necessária, sendo vedada a modificação unilateral de projeto, material, método executivo ou especificação.

21. QUALIDADE DOS MATERIAIS OU SERVIÇO

21.1. Todos os materiais empregados deverão ser novos, adequados ao uso, compatíveis com as especificações técnicas, de qualidade comprovada e em conformidade com as normas da ABNT e demais normas aplicáveis.

21.2. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, notas fiscais, certificados, laudos, ensaios, catálogos, fichas técnicas, amostras e demais documentos que comprovem a procedência e qualidade dos materiais.

21.3. Materiais de baixa qualidade, danificados, fora de especificação, sem comprovação de origem ou incompatíveis com o projeto deverão ser rejeitados pela fiscalização.

21.4. A utilização de material diverso daquele previsto somente será admitida mediante justificativa técnica, aprovação prévia da fiscalização e comprovação de equivalência ou superioridade técnica.

21.5. A qualidade dos serviços será aferida por inspeções, medições, testes, ensaios, relatórios, registros fotográficos e vistoria técnica, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou aparentes.

22. SEGURANÇA

22.1. A contratada será responsável por garantir a segurança do canteiro de obras, dos trabalhadores, dos agentes públicos, de terceiros e da população do entorno.

22.2. Deverão ser observadas as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à construção civil, especialmente quanto ao fornecimento e uso de EPIs, EPCs, sinalização, isolamento de áreas, trabalho em altura, instalações provisórias, movimentação de cargas, máquinas e equipamentos.

22.3. A contratada deverá manter o canteiro organizado, sinalizado, isolado e livre de condições que possam gerar acidentes, quedas, choques elétricos, incêndios, desmoronamentos ou outros riscos.

22.4. Todo acidente, incidente relevante ou situação de risco deverá ser imediatamente comunicado à fiscalização, sem prejuízo das comunicações obrigatórias aos órgãos competentes.

22.5. A ocorrência de acidente não afasta a responsabilidade da contratada, especialmente quando decorrente de negligência, imperícia, imprudência, ausência de treinamento, falta de EPIs/EPCs ou descumprimento das normas de segurança.

23. EXIGÊNCIAS DE CERTIFICAÇÕES

23.1. Sempre que aplicável, os materiais, componentes, equipamentos e sistemas utilizados na obra deverão possuir certificação, laudo, selo de conformidade ou comprovação técnica exigida por norma brasileira, regulamento técnico ou órgão competente.

23.2. A Administração poderá exigir comprovação de conformidade para materiais estruturais, instalações elétricas, instalações hidráulicas, esquadrias, revestimentos, tintas, componentes sanitários, dispositivos de drenagem, equipamentos e demais insumos relevantes.

23.3. A ausência de certificação obrigatória ou documentação equivalente poderá ensejar rejeição do material, suspensão da execução da etapa, glosa da medição e aplicação de sanções.

23.4. A contratada deverá manter em obra ou apresentar à fiscalização, quando solicitado, documentação técnica suficiente para comprovar a adequação dos produtos utilizados.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria do Município de Orocó/PE, a ser indicada pelo setor competente antes da publicação do edital ou da assinatura do contrato.

24.2. A indicação da dotação deverá conter, no mínimo, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto/atividade, elemento de despesa, fonte de recurso e demais classificações aplicáveis.

24.3. Deverá ser observada a vinculação dos recursos ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50 e ao respectivo instrumento de repasse federal.

24.4. A contratação somente deverá prosseguir após confirmação da disponibilidade orçamentária e compatibilidade financeira com o cronograma físico-financeiro.

24.5. Em caso de utilização de recursos federais, contrapartida municipal ou outra fonte vinculada, a Administração deverá manter documentação comprobatória da origem dos recursos e das condições de execução financeira.

25. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

25.1. São responsabilidades da contratada, além de outras previstas no edital e no contrato:

- a) elaborar os projetos básicos e executivos necessários;
- b) compatibilizar todos os projetos;
- c) executar integralmente o objeto contratado;
- d) fornecer materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas;
- e) apresentar ART/RRT dos projetos e execução;
- f) obter licenças, aprovações e autorizações que lhe competirem;
- g) cumprir o cronograma físico-financeiro;
- h) manter responsável técnico durante a execução;
- i) manter diário de obra atualizado;
- j) cumprir normas técnicas, ambientais e de segurança;
- k) apresentar medições, relatórios e documentação comprobatória;

- l) corrigir, refazer ou substituir serviços defeituosos;
- m) responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- n) manter regularidade fiscal, social e trabalhista;
- o) manter a obra limpa, segura e organizada;
- p) entregar documentação final e projetos “as built”;
- q) cumprir as determinações da fiscalização.

25.2. A contratada responderá pela solidez, segurança, qualidade e durabilidade da obra, sem prejuízo das responsabilidades técnicas, civis, administrativas e legais cabíveis.

25.3. A fiscalização da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do contrato.

26. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

26.1. O recebimento do objeto observará as etapas de recebimento provisório e definitivo, mediante termo detalhado, após verificação da conformidade dos serviços executados.

26.2. As medições serão realizadas conforme cronograma físico-financeiro, serviços efetivamente executados, memória de cálculo, relatório fotográfico e aprovação da fiscalização.

26.3. O pagamento será realizado apenas após o atesto da medição, apresentação da nota fiscal e comprovação da regularidade exigida.

26.4. A Administração poderá glosar valores correspondentes a serviços não executados, executados parcialmente, executados em desconformidade, sem comprovação ou com qualidade inferior à especificada.

26.5. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta a obrigação da contratada de corrigir vícios, defeitos ou pendências.

26.6. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação integral da qualidade, quantidade, funcionalidade, documentação final, testes e correção das pendências apontadas.

26.7. Nenhum pagamento isentará a contratada de responsabilidade por falhas, vícios ocultos ou desconformidades posteriormente identificadas.

27. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

27.1. A execução do objeto será realizada por etapas, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

27.2. A execução deverá iniciar-se após assinatura do contrato, apresentação da garantia contratual, emissão da Ordem de Serviço, designação dos responsáveis técnicos e cumprimento das condições iniciais previstas no edital.

27.3. A primeira etapa deverá compreender mobilização, estudos, levantamentos, sondagens, elaboração e aprovação dos projetos.

27.4. Somente após a aprovação dos projetos e documentos técnicos pertinentes poderá ser iniciada a execução física das etapas correspondentes, ressalvadas atividades preliminares autorizadas pela fiscalização.

27.5. A contratada deverá executar as frentes de serviço de forma planejada, evitando interferências indevidas, retrabalhos, paralisações, desperdícios e riscos à segurança.

27.6. A execução deverá ser acompanhada pela fiscalização municipal, sem prejuízo da supervisão de órgãos federais, mandatárias, controle interno e órgãos de controle externo.

28. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

28.1. A execução ocorrerá no Município de Orocó/PE, em área indicada pela Administração, conforme documentos técnicos do empreendimento.

28.2. A contratada deverá avaliar previamente as condições do local, incluindo acessos, topografia, disponibilidade de energia e água, interferências, vizinhança, condições climáticas e logística de transporte de materiais.

28.3. A execução deverá observar o horário autorizado pela Administração, as normas municipais, as condições de segurança e o menor impacto possível à população local.

28.4. A contratada deverá manter canteiro de obras adequado, com instalações provisórias, isolamento, sinalização, local para armazenamento de materiais, equipamentos de segurança e condições sanitárias compatíveis.

28.5. Qualquer paralisação, interferência, dificuldade técnica ou evento relevante deverá ser comunicado formalmente à fiscalização, com indicação das medidas propostas.

29. PRAZO DE ENTREGA

29.1. O prazo de entrega do objeto deverá observar o cronograma físico-financeiro aprovado e a vigência contratual.

29.2. O cronograma deverá contemplar, separadamente, as etapas de elaboração de projetos, aprovações, licenciamento, execução das unidades, execução da infraestrutura, testes, correções, limpeza final e entrega definitiva.

29.3. A contratada deverá cumprir os marcos intermediários estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

29.4. O atraso injustificado no cumprimento das etapas poderá ensejar notificação, multa, retenção de pagamentos, rescisão contratual e acionamento da garantia.

29.5. A entrega final somente será reconhecida após a conclusão integral do objeto e o atendimento das condições de recebimento previstas neste Termo de Referência.

30. PRORROGAÇÃO DO PRAZO

30.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado mediante justificativa formal, desde que demonstrada a ocorrência de fato que impeça ou dificulte a execução no prazo originalmente previsto.

30.2. O pedido de prorrogação deverá ser apresentado pela contratada antes do vencimento do prazo, acompanhado de justificativa, documentos comprobatórios, relatório de evolução física e novo cronograma.

30.3. A fiscalização deverá analisar se o atraso decorre de fato atribuível à Administração, caso fortuito, força maior, interferência imprevisível, evento extraordinário ou culpa da contratada.

30.4. Não será admitida prorrogação fundada em desorganização interna da contratada, falta de mão de obra, falta de materiais comuns, falha de planejamento ou baixa produtividade, salvo situações excepcionalmente justificadas.

30.5. A prorrogação, quando deferida, deverá ser formalizada por termo aditivo ou instrumento adequado, observada a legislação aplicável e a manutenção da vantajosidade.

31. CONDIÇÕES DE ENTREGA

31.1. A entrega do objeto deverá ocorrer com as unidades habitacionais concluídas, limpas, testadas, vistoriadas, documentadas e aptas à ocupação, acompanhadas da infraestrutura urbana indispensável.

31.2. A contratada deverá entregar, juntamente com a obra:

- a) projetos finais e “as built”;
- b) ART/RRT dos responsáveis técnicos;
- c) relatórios de execução;
- d) laudos, testes e ensaios;
- e) garantias de materiais e equipamentos;
- f) manuais de uso e manutenção;
- g) comprovantes de destinação de resíduos, quando aplicável;
- h) documentos de aprovação por órgãos competentes e concessionárias;
- i) termo de conclusão e solicitação de recebimento.

31.3. A Administração poderá receber provisoriamente o objeto com ressalvas, desde que as pendências não impeçam a segurança, funcionalidade e habitabilidade, fixando prazo para correção.

31.4. Pendências que comprometam segurança, salubridade, instalações essenciais, estabilidade, drenagem, acesso ou funcionamento impedirão o recebimento definitivo.

32. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA

32.1. O local de execução e entrega será a área definida pela Administração Municipal para implantação do empreendimento habitacional no Município de Orocó/PE.

32.2. A entrega das etapas, realização de vistorias, conferências e recebimentos ocorrerá preferencialmente em dias úteis, durante o horário de expediente da Administração.

32.3. Atividades fora do horário ordinário somente poderão ocorrer mediante autorização da fiscalização, desde que não causem prejuízo à segurança, à vizinhança, ao controle da execução ou à legislação local.

32.4. A contratada deverá garantir acesso seguro à fiscalização durante toda a execução, inclusive para inspeções, medições, registros fotográficos e verificação de materiais.

33. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

33.1. A contratada deverá cumprir rotinas administrativas e técnicas necessárias ao adequado acompanhamento do contrato.

33.2. São rotinas mínimas:

- a) atualização diária do diário de obra;
- b) apresentação de relatório periódico de execução;
- c) realização de reuniões técnicas quando convocada;
- d) apresentação de medições com memória de cálculo;
- e) entrega de relatório fotográfico;
- f) comunicação prévia de etapas críticas;
- g) submissão de projetos à aprovação;
- h) controle de entrada e uso de materiais;
- i) registro de ocorrências e não conformidades;
- j) correção tempestiva de falhas apontadas;
- k) manutenção das condições de segurança do canteiro;
- l) atualização do cronograma físico-financeiro quando necessário.

33.3. A Administração poderá estabelecer rotina de reuniões quinzenais ou mensais, conforme o estágio da obra e a complexidade das etapas em execução.

33.4. O descumprimento reiterado das rotinas poderá caracterizar falha de gestão contratual da contratada e ensejar aplicação de sanções.

34. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

34.1. A contratada deverá disponibilizar todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos, andaimes, formas, escoramentos, EPIs, EPCs e demais recursos necessários à execução integral do objeto.

34.2. Todos os materiais deverão ser compatíveis com os projetos, memorial descritivo, normas técnicas e exigências da fiscalização.

34.3. A contratada deverá manter armazenamento adequado dos materiais, protegendo-os contra umidade, contaminação, dano, extravio ou deterioração.

34.4. Materiais perecíveis, frágeis ou sujeitos a perda de desempenho deverão ser armazenados conforme orientação do fabricante e normas técnicas aplicáveis.

34.5. A substituição de materiais especificados somente poderá ocorrer mediante aprovação prévia da fiscalização e comprovação de equivalência técnica.

35. NOTAS FISCAIS

35.1. A contratada deverá emitir nota fiscal somente após aprovação formal da medição correspondente pela fiscalização e autorização do setor competente.

35.2. A nota fiscal deverá conter informações compatíveis com o contrato, a medição, o período de execução, a etapa executada, o valor aprovado, as retenções tributárias aplicáveis e os dados bancários da contratada.

35.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada dos documentos exigidos no contrato, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível.

35.4. Havendo erro, divergência, ausência de documento ou inconsistência na nota fiscal, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização.

35.5. A emissão de nota fiscal em valor superior ao efetivamente medido ou sem autorização da fiscalização não gerará direito automático ao pagamento.

36. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

a) Especificações técnicas

36.1. As licitantes deverão considerar, para formulação da proposta, todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo projetos, estudos, sondagens, topografia, licenças, aprovações, administração local, mobilização, materiais, mão de obra, equipamentos, encargos, tributos, segurança, controle tecnológico, limpeza final e documentação.

36.2. Deverão ser considerados os macroserviços previstos no orçamento, incluindo serviços preliminares, administração local, fundações, superestrutura, paredes e painéis, cobertura, revestimentos, pavimentação, instalações e infraestrutura/urbanização.

36.3. A proposta deverá ser compatível com o memorial descritivo, os projetos, o BDI, o cronograma físico-financeiro, a matriz de riscos e as obrigações contratuais.

36.4. A licitante deverá considerar as condições locais de execução, o acesso ao canteiro, disponibilidade de materiais, logística, mão de obra, clima, segurança e demais fatores que possam impactar a execução.

b) Especificação da garantia dos itens

36.5. Os serviços e materiais deverão possuir garantias legais, contratuais e técnicas compatíveis com sua natureza.

36.6. A contratada deverá garantir a solidez, segurança, funcionalidade, qualidade e durabilidade dos serviços executados.

36.7. Vícios, defeitos, falhas de desempenho, infiltrações, trincas, problemas de instalações, recalques, falhas de acabamento ou inconformidades constatadas deverão ser corrigidos pela contratada, sem ônus adicional.

36.8. As garantias de fabricantes deverão ser entregues à Administração juntamente com os manuais e documentos finais.

37. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

37.1. O contrato será gerido por servidor ou comissão formalmente designada pela autoridade competente, com apoio de fiscal técnico ou equipe de fiscalização.

37.2. A gestão contratual deverá acompanhar a execução administrativa do contrato, incluindo prazos, garantias, pagamentos, alterações, notificações, sanções, documentação e encerramento contratual.

37.3. A gestão deverá manter registro organizado dos atos praticados, incluindo contrato, ordem de serviço, cronograma, medições, relatórios, notificações, termos de recebimento, documentos fiscais e comunicações.

37.4. O gestor deverá atuar em conjunto com a fiscalização técnica, adotando providências para correção de falhas, prevenção de atrasos, controle de riscos e cumprimento das obrigações contratuais.

37.5. Sempre que houver ocorrência relevante, o gestor deverá submeter a questão à autoridade competente, ao setor jurídico, ao setor técnico ou ao controle interno, conforme a natureza da matéria.

38. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

38.1. A fiscalização será exercida por servidor ou equipe técnica designada, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

38.2. Compete à fiscalização verificar a conformidade dos serviços com os projetos, memorial descritivo, planilha, cronograma, normas técnicas e determinações contratuais.

38.3. A fiscalização deverá registrar todas as ocorrências relevantes no histórico de acompanhamento, diário de obra, relatórios, notificações ou documentos equivalentes.

38.4. A fiscalização poderá determinar a correção, refazimento, substituição ou paralisação de serviços executados em desconformidade.

38.5. A fiscalização deverá conferir medições, verificar memória de cálculo, realizar registros fotográficos, atestar serviços executados e comunicar ao gestor eventuais irregularidades.

38.6. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral, qualidade, segurança e conformidade do objeto.

39. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

39.1. A Administração designará formalmente o gestor e o fiscal do contrato, bem como seus substitutos, antes do início da execução contratual.

39.2. Ao fiscal compete acompanhar tecnicamente a execução, verificar qualidade e quantidade, fiscalizar materiais, registrar ocorrências, exigir correções, conferir medições e atestar a execução dos serviços.

39.3. Ao gestor compete coordenar a execução administrativa, controlar prazos, analisar solicitações, acompanhar garantias, processar pagamentos, formalizar notificações, propor sanções e instruir alterações contratuais.

39.4. O fiscal deverá comunicar ao gestor qualquer situação que demande decisão administrativa, alteração contratual, aplicação de sanção, suspensão de pagamento ou adoção de providências superiores.

39.5. O gestor e o fiscal deverão atuar de forma coordenada, mantendo documentação suficiente para demonstrar a regularidade da execução e subsidiar eventual prestação de contas.

40. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DO CONTRATADO

40.1. Obrigações da contratante

40.1.1. Constituem obrigações da contratante:

- a) disponibilizar as informações e documentos necessários à execução;
- b) indicar o local da obra;
- c) emitir ordem de serviço;
- d) designar gestor e fiscal do contrato;
- e) analisar os projetos submetidos pela contratada;
- f) acompanhar e fiscalizar a execução;
- g) realizar medições e pagamentos devidos;
- h) comunicar formalmente irregularidades;
- i) decidir sobre pedidos de prorrogação, alteração ou reequilíbrio;
- j) aplicar sanções quando cabíveis;
- k) promover o recebimento provisório e definitivo;
- l) manter comunicação institucional com órgãos do programa federal.

40.2. Obrigações da contratada

40.2.1. Constituem obrigações da contratada:

- a) executar integralmente o objeto;
- b) elaborar e compatibilizar projetos;
- c) cumprir cronograma e especificações;
- d) fornecer todos os materiais e equipamentos;
- e) manter responsável técnico;
- f) apresentar ART/RRT;
- g) cumprir normas de segurança e ambientais;
- h) manter regularidade durante a execução;
- i) corrigir falhas e vícios;
- j) responder por danos;
- k) apresentar medições e relatórios;
- l) manter diário de obra;
- m) entregar documentação final;
- n) cumprir ordens da fiscalização;
- o) preservar a qualidade, segurança e durabilidade do empreendimento.

41. SANÇÕES

41.1. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato.

41.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão contratual;
- f) execução da garantia;
- g) reparação de danos.

41.3. São exemplos de condutas sancionáveis: atraso injustificado, abandono de obra, execução defeituosa, descumprimento de normas de segurança, fraude documental, recusa em corrigir falhas, subcontratação irregular, não manutenção das condições de habilitação e descumprimento de ordens da fiscalização.

41.4. A aplicação de sanções observará contraditório e ampla defesa, mediante processo administrativo regular.

41.5. A aplicação de multa não impede a adoção de outras medidas, inclusive rescisão, glosa, execução da garantia e responsabilização por perdas e danos.

42. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

42.1. A alteração subjetiva da contratada, decorrente de fusão, cisão, incorporação, transformação societária, alteração de controle ou operação equivalente, somente será admitida se não comprometer a execução do contrato.

42.2. A contratada deverá comunicar previamente qualquer alteração societária relevante, apresentando documentação comprobatória.

42.3. A Administração deverá verificar se a nova configuração societária preserva as condições de habilitação, qualificação técnica, capacidade econômico-financeira e regularidade exigidas na licitação.

42.4. Não será admitida alteração subjetiva que implique burla à licitação, transferência irregular do contrato, redução da capacidade técnica ou prejuízo à Administração.

43. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

43.1. O objeto da presente contratação não se enquadra como simples aquisição de bens comuns.

43.2. Trata-se de obra/serviço de engenharia, com elaboração de projetos e execução de empreendimento habitacional, envolvendo complexidade técnica, responsabilidade profissional e integração de múltiplas disciplinas.

43.3. Embora determinados insumos e serviços possuam padrões objetivos de especificação, o objeto global exige solução integrada, planejamento técnico, compatibilização de projetos e execução especializada.

43.4. Por essa razão, a modalidade adequada é a concorrência, na forma eletrônica, com regime de contratação integrada, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

44. LGPD

44.1. A contratada deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais sempre que, em razão da execução contratual, tiver acesso a dados de servidores, representantes, beneficiários, moradores, trabalhadores ou terceiros.

44.2. O tratamento de dados deverá limitar-se às finalidades necessárias à execução do contrato, vedado o uso para fins particulares, comerciais, promocionais ou estranhos ao objeto.

44.3. A contratada deverá adotar medidas de segurança aptas a proteger dados pessoais contra acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação indevida ou tratamento inadequado.

44.4. Havendo incidente de segurança envolvendo dados pessoais, a contratada deverá comunicar imediatamente a Administração, informando as medidas adotadas para mitigação dos riscos.

44.5. O dever de confidencialidade permanecerá mesmo após o encerramento do contrato.

45. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

45.1. A contratada declara conhecer e compromete-se a cumprir as normas de integridade, probidade, ética, prevenção à corrupção, prevenção a fraudes e responsabilização administrativa aplicáveis às contratações públicas.

45.2. É vedado à contratada, seus sócios, administradores, empregados, representantes ou subcontratados:

- a) prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
- b) frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação;
- c) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico do contrato;
- d) criar pessoa jurídica de modo fraudulento;
- e) obstruir fiscalização;
- f) praticar conluio, ajuste ou combinação com concorrentes;
- g) apresentar documento falso ou declaração inverídica.

45.3. A prática de atos lesivos poderá ensejar rescisão contratual, aplicação de sanções, comunicação aos órgãos de controle e responsabilização administrativa, civil e penal.

45.4. A contratada deverá comunicar à Administração qualquer tentativa de fraude, solicitação indevida, irregularidade ou situação que possa comprometer a integridade da contratação.

46. DISPOSIÇÕES FINAIS

46.1. Este Termo de Referência integra a fase preparatória da contratação e deverá ser utilizado como base para elaboração do edital, minuta contratual, matriz de riscos, cronograma físico-financeiro e demais anexos.

46.2. A contratação deverá observar o Estudo Técnico Preliminar, o Documento de Formalização da Demanda, os documentos orçamentários, o memorial descritivo, a matriz de riscos e os demais elementos técnicos do processo.

46.3. Antes da publicação do edital, a Administração deverá revisar a coerência entre todos os documentos, especialmente quanto ao objeto, quantitativo de unidades habitacionais, área construída, valor estimado, prazo de execução, regime de contratação, critérios de medição, garantias, subcontratação, vistoria e exigências técnicas.

46.4. Eventuais divergências entre documentos deverão ser sanadas antes da deflagração do certame, a fim de evitar impugnações, nulidades, atrasos, sobrepreço, subdimensionamento ou dificuldades de execução.

46.5. A contratação somente deverá prosseguir após análise jurídica da minuta do edital e do contrato, bem como após manifestação técnica quanto à suficiência dos documentos de engenharia e orçamento.

46.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com base na Lei nº 14.133/2021, no edital, no contrato, nos princípios aplicáveis às contratações públicas e nas orientações técnicas pertinentes.

46.7. A presente contratação é considerada necessária, adequada e relevante ao interesse público, uma vez que busca viabilizar política habitacional de alcance social, com entrega de moradias dignas e infraestrutura mínima à população beneficiária.

46.8. Recomenda-se, por fim, que a Administração mantenha acompanhamento rigoroso da execução, com registros formais, fiscalização técnica, controle de medições, observância da matriz de riscos e documentação suficiente para prestação de contas junto aos órgãos competentes.

Orocó/PE, 09 de março de 2026.

Alberony Gomes e Silva

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Município de Orocó/PE

ANEXO III - MAPA DE RISCOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2026-PMO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026-PMO

MAPA/MATRIZ DE RISCOS

Contratação integrada de empresa de engenharia especializada para elaboração dos projetos básicos e executivos e execução integral das obras de construção de unidades habitacionais unifamiliares – Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS SUB 50 – Município de Orocó/PE

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
1	Planejamento	Divergência entre o quantitativo de unidades habitacionais nos documentos do processo	Inconsistência entre ETP, TR, memorial, orçamento, cronograma e proposta aprovada	Impugnações, questionamentos de controle, necessidade de republicação, erro no orçamento e risco de contratação incompatível	Alta	Alto	Crítico	Administração	Revisar todos os documentos antes da publicação, uniformizar o quantitativo, área construída, valor, cronograma e peças técnicas	Suspender a publicação ou retificar o edital/anexo antes da sessão, com reabertura de prazo quando necessário
2	Planejamento	Insuficiência dos elementos técnicos para contratação integrada	Anteprojeto, memorial ou parâmetros de desempenho incompletos	Propostas imprecisas, aumento de disputas técnicas, aditivos, falhas de execução e responsabilização	Média	Alto	Alto	Administração	Elaborar anteprojeto, memorial descritivo, matriz de riscos, requisitos de desempenho e orçamento estimativo	Complementar a instrução técnica, emitir esclarecimentos e ajustar anexos antes da contratação

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
				da Administração					consistentes	
3	Planejamento	Orçamento estimado incompatível com o escopo real	Quantitativos subestimados, ausência de composições, BDI inadequado, divergência de unidades	Sobrepço, subpreço, inexecuibilidade, aditivos ou paralisação por insuficiência financeira	Média	Alto	Alto	Administração	Conferir planilha, memória de cálculo, SINAPI/composições, BDI e compatibilidade com o programa	Revisar orçamento, corrigir composições e republicar anexos, se houver alteração substancial
4	Planejamento	Falha na composição do BDI ou incompatibilidade tributária	Utilização de regime tributário inadequado, ISS incorreto ou ausência de justificativa técnica	Questionamentos por órgãos de controle, distorção do preço estimado e risco de propostas inexecutáveis	Média	Médio/Alto	Alto	Administração	Validar BDI com responsável técnico, observando tributos, ISS, lucro, despesas indiretas, riscos, seguro e garantia	Corrigir composição do BDI e atualizar orçamento antes da adjudicação
5	Planejamento	Ausência ou inadequação da matriz de riscos	Não identificação prévia dos riscos da contratação	Disputas sobre responsabilidade, pedidos de reequilíbrio e inseguran	Média	Alto	Alto	Administração	Inserir matriz de riscos no edital/contrato, alocando responsabilidades de	Formalizar aditivo apenas quando houver evento extraordinário não alocado ao

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			integrada	ça contratual					forma objetiva	contratado ou à Administração
6	Licitação	Exigências de habilitação técnica excessivas ou insuficientes	Falha na definição das parcelas de maior relevância técnica	Restrição de competitividade ou contratação de empresa sem capacidade adequada	Média	Alto	Alto	Administração	Definir exigências proporcionais, vinculadas às parcelas relevantes: fundações, estrutura, instalações, infraestrutura e edificações habitacionais	Ajustar edital em resposta a impugnações ou diligências, preservando competitividade e segurança técnica
7	Licitação	Baixa competitividade	Exigências restritivas, prazo inadequado, objeto mal descrito ou mercado reduzido	Licitação deserta, fracassada ou contratação antieconômica	Média	Médio/Alto	Alto	Administração	Publicidade adequada, edital claro, possibilidade de consórcio quando conveniente e exigências proporcionais	Republicar o edital com ajustes técnicos e ampliação de prazo
8	Licitação	Proposta inexecutável	Subavaliação de custos pela licitante ou disputa agressiva	Paralisação, baixa qualidade, atrasos, pedidos de reequilíbrio	Média	Alto	Alto	Licitante/Contratada	Exigir composição analítica, cronograma, comprovação de exequibilidade	Recusar proposta inexecutável; se já contratada, aplicar sanções e acionar

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			a de preços	abandono da obra					diligências quando necessário	garantia contratual
9	Licitação	Impugnações ou recursos administrativos	Falhas de redação, inconsistências técnicas, divergência de quantitativos ou exigências questionáveis	Atraso no certame e risco de suspensão	Média	Médio	Médio	Administração	Revisão técnica e jurídica prévia do edital, TR, ETP, orçamento, memorial e minuta contratual	Responder fundamentadamente, corrigir o edital se necessário e reabrir prazo quando houver alteração relevante
10	Contratação	Não apresentação regular da garantia contratual	Falha da empresa vencedora ou dificuldade de obtenção de seguro-garantia/fiança	Atraso na assinatura do contrato e risco à segurança da contratação	Baixa/Média	Médio	Médio	Contratada	Prever claramente percentual, modalidade e prazo para apresentação da garantia	Convocar remanescente, aplicar penalidades cabíveis ou conceder prazo legal quando admitido
11	Projetos	Atraso na elaboração dos projetos básico/executivo	Equipe técnica insuficiente, falhas de levantamento, demora em aprovações	Atraso no início da execução física e descumprimento do cronograma do programa	Média	Alto	Alto	Contratada	Estabelecer prazos por etapa, cronograma de entrega, ART/RRT e aprovação técnica pela Administração	Notificar a contratada, aplicar glosas/multas e reprogramar cronograma, quando justificado

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
12	Projetos	Projetos incompatíveis entre si	Falta de compatibilização entre arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, drenagem e urbanização	Retrabalho, aditivos, atrasos, falhas construtivas e risco de dano ao erário	Média	Alto	Alto	Contratada	Exigir compatibilização formal dos projetos e aprovação prévia pela fiscalização	Determinar correção dos projetos sem ônus à Administração e suspender etapas incompatíveis
13	Projetos	Sondagem ou levantamento topográfico insuficiente	Quantidade inadequada de furos, falha de método ou levantamento incompleto	Fundação inadequada, recalques, alteração de solução estrutural e acréscimo de custos	Média	Alto	Alto	Contratada, conforme matriz de riscos	Exigir sondagem SPT, laudo geotécnico, topografia georreferenciada e responsabilidade técnica	Determinar nova sondagem/levantamento e reavaliar fundações antes da execução
14	Licenciamento	Demora na obtenção de licenças, alvarás e aprovações	Pendências documentais, exigências de órgãos ambientais, concessões ou	Atraso no cronograma e impedimento de início ou continuidade da obra	Média	Alto	Alto	Contratada/Administração, conforme atribuição legal	Definir no contrato quem protocola, acompanha e responde por cada licença/aprovação	Reprogramar atividades não impactadas e adotar força-tarefa junto aos órgãos competentes

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			Município							
15	Execução	Atraso na mobilização de canteiro, equipe ou equipamentos	Planejamento deficiente da contratação ou falha logística	Atraso no cronograma físico-financeiro	Média	Médio	Médio	Contratada	Exigir plano de mobilização e início após Ordem de Serviço	Notificar, aplicar multa e reavaliar capacidade de execução
16	Execução	Execução de fundações inadequadas	Falha de projeto, sondagem deficiente, materiais inadequados ou execução sem controle	Risco estrutural, recalques, retrabalho, aumento de custos e comprometimento da segurança	Baixa/Média	Alto	Alto	Contratada	Exigir projeto de fundações, controle tecnológico, fiscalização e ensaios quando cabíveis	Suspender a etapa, exigir correção/de molição/refazimento e responsabilizar tecnicamente a contratada
17	Execução	Baixa qualidade dos materiais empregados	Compra de insumos inferiores, ausência de controle ou substituição indevida	Redução da durabilidade, patologias construtivas e não aceitação dos serviços	Média	Alto	Alto	Contratada	Exigir especificações mínimas, notas fiscais, laudos, amostras e aprovação da fiscalização	Rejeitar materiais, glosar medições e exigir substituição sem ônus
18	Execução	Falhas na	Execução sem	Trincas, infiltração	Média	Alto	Alto	Contratada	Fiscalização por etapas,	Exigir correção/ref

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
		superestrutura, alvenaria, cobertura e revestimentos	observância dos projetos, normas técnicas ou boas práticas	es, baixa durabilidade, risco de acidente e retrabalho					liberação condicionada e registros em diário de obra	azimonto, aplicar sanções e acionar garantia se necessário
19	Execução	Falhas nas instalações elétricas, hidrossanitárias e drenagem	Projeto incompatível, execução inadequada ou materiais de baixa qualidade	Risco de curto-circuito, vazamentos, refluxo, alagamentos e impossibilidade de ocupação	Média	Alto	Alto	Contratada	Testes, comissionamento, aprovação por concessionárias e fiscalização técnica	Impedir recebimento até saneamento integral; exigir testes e correções
20	Execução	Infraestrutura urbana insuficiente ou incompatível	Subdimensionamento de água, esgoto, drenagem, energia, iluminação ou pavimentação	Unidades prontas sem condições de habitabilidade plena	Média	Alto	Alto	Contratada/Administração	Compatibilizar projeto urbanístico com concessionárias e necessidades do empreendimento	Priorizar correções de infraestrutura antes da entrega das unidades
21	Execução	Interferências não previstas no terreno	Redes existentes, solo inadequado, ocupações, vegetação, etc.	Atrasos, necessidade de ajustes técnicos e eventual aumento de custos	Média	Médio/Alto	Alto	Conforme matriz de riscos	Vistoria, topografia, sondagem e estudos preliminares adequados	Reavaliar solução técnica e formalizar ajustes conforme responsabilidade alocada

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			desníveis ou restrições ambientais							
22	Execução	Condições climáticas adversas	Chuvas intensas, eventos extremos ou impedimentos sazonais	Atraso em terraplenagem, fundações, drenagem, cobertura e acabamentos	Média	Médio	Médio	Contratada, salvo evento extraordinário	Planejar cronograma considerando sazonalidade e frentes de serviço	Reprogramar cronograma, registrar eventos e avaliar prorrogação justificada
23	Execução	Acidente de trabalho no canteiro	Ausência de EPIs/EPs, descumprimento da NR-18 ou falha de treinamento	Paralisação, responsabilização trabalhista/civil e dano à imagem pública	Média	Alto	Alto	Contratada	Exigir plano de segurança, PCMAT/PGR, EPIs, treinamentos e fiscalização	Comunicar órgãos competentes, apurar responsabilidade, corrigir condições inseguras e aplicar sanções
24	Ambiental	Destinação inadequada de resíduos da construção civil	Ausência de plano de gerenciamento ou contratação irregular de transporte	Multas ambientais, embargo, dano ambiental e responsabilização da Administração	Média	Médio/Alto	Alto	Contratada	Exigir PGRCC quando cabível, comprovantes de destinação e limpeza do canteiro	Determinar recolhimento, destinação correta, reparação ambiental e aplicação de penalidades

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			te/desarte							
25	Ambiental	Erosão, assoreamento ou drenagem provisória inadequada	Movimentação de solo sem contenção ou falha na condução de águas pluviais	Danos ao entorno, retrabalho, paralisação e questionamentos ambientais	Média	Médio/Alto	Alto	Contratada	Planejar drenagem provisória, contenções, proteção de taludes e controle de sedimentos	Executar medidas corretivas imediatas e recompor áreas afetadas
26	Financeiro	Insuficiência ou atraso no repasse de recursos	Atraso no fluxo financeiro do programa ou pendências no Transfergov	Atraso de pagamentos, paralisação da obra e pleitos da contratada	Média	Alto	Alto	Administração/Órgão concedente	Acompanhar cronograma de desembolso, medições e prestação de contas	Reprogramar execução, priorizar etapas críticas e formalizar comunicações ao órgão concedente
27	Financeiro	Medições incompatíveis com a execução real	Fiscalização deficiente, erro de memória de cálculo ou pressão por pagamento	Pagamento indevido, dano ao erário e responsabilização dos agentes	Média	Alto	Alto	Administração/Contratada	Exigir BM, memória de cálculo, relatório fotográfico, conferência in loco e atesto técnico	Glosar valores, instaurar apuração e exigir restituição/correção
28	Financeiro	Desequilíbrio econômico-	Pleitos baseados em riscos	Aumento indevido do contrato e	Média	Médio/Alto	Alto	Administração	Vincular análise à matriz de riscos	Indeferir pedidos sem fundamento; deferir

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
		financeiro indevido	atribuídos à contratação ou variações ordinárias de mercado	questionamento por controle externo					exigir comprovação robusta	apenas quando comprovado evento extraordinário e nexos causal
29	Gestão contratual	Fiscalização insuficiente	Falta de equipe técnica, excesso de demandas ou ausência de rotina de acompanhamento	Baixa qualidade, pagamentos indevidos, atrasos e falhas não detectadas	Média	Alto	Alto	Administração	Designar fiscal técnico, gestor e, se necessário, apoio especializado	Reforçar equipe, contratar apoio à fiscalização e intensificar controles
30	Gestão contratual	Falhas no diário de obra e registros formais	Ausência de documentação das ocorrências	Dificuldade de responsabilização, pagamentos questionáveis e fragilidade probatória	Média	Médio	Médio	Contratada/Administração	Exigir diário de obra, atas de reunião, relatórios fotográficos e notificações formais	Reconstituir histórico com documentos disponíveis e formalizar ocorrências pendentes
31	Gestão contratual	Subcontratação irregular ou excessiva	Terceirização do objeto principal ou ausência	Perda de controle técnico, responsabilização	Média	Médio/Alto	Alto	Contratada	Limitar subcontratação, exigir autorização prévia e comprovação	Determinar substituição, aplicar sanções e impedir pagamento

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			de autorização	descumprimento editalício					o de capacidade da subcontratada	de serviços irregulares
32	Gestão contratual	Alterações contratuais sem justificativa técnica adequada	Projetos deficientes, falha de planejamento ou tentativa de ampliar escopo	Aditivos indevidos, apontamentos de controle e aumento de custo	Média	Alto	Alto	Administração/Contratada	Exigir parecer técnico, jurídico, memória de cálculo e compatibilidade com matriz de riscos	Indeferir alteração sem fundamento; formalizar aditivo apenas quando legalmente cabível
33	Prazo	Descumprimento do cronograma físico-financeiro	Baixa produtividade, falha logística, intempéries ou atraso de projetos/aprovações	Perda de prazo do programa, risco de rescisão e prejuízo social	Média	Alto	Alto	Contratada/Administração, conforme causa	Monitoramento mensal, marcos intermediários e reuniões periódicas	Plano de recuperação de atraso, reforço de equipes e aplicação de sanções
34	Recebimento	Entrega de unidades com vícios ou pendências	Falha de acabamento, instalações não testadas ou ausência de documentos finais	Não recebimento definitivo, insatisfação dos beneficiários e custos adicionais	Média	Alto	Alto	Contratada	Check-list de entrega, testes, vistoria técnica e manual de uso/manutenção	Recebimento com ressalvas apenas quando admissível; exigir correção antes da entrega definitiva

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
35	Pós-obra	Surgimento de patologias após entrega	Falhas executivas, materiais inadequados ou projeto deficiente	Reclamações, acionamento de garantia e risco à segurança dos usuários	Média	Alto	Alto	Contratada	Garantia contratual, controle tecnológico e fiscalização rigorosa	Acionar garantia, exigir reparos e apurar responsabilidade técnica
36	Social	Atraso na seleção/regularização dos beneficiários	Falhas no cadastramento social ou critérios de seleção	Unidades concluídas sem ocupação regular ou questionamentos sociais	Baixa/Média	Médio	Médio	Administração	Integrar Secretaria de Assistência Social/Habitação e definir cronograma de seleção	Regularizar cadastros e formalizar critérios transparentes de destinação
37	Jurídico/controlado	Questionamento por órgãos de controle	Inconsistências documentais, orçamento frágil, exigências restritivas ou ausência de justificativas	Suspensão cautelar, recomendações, determinações e responsabilização	Média	Alto	Alto	Administração	Instrução robusta, análise jurídica, justificativas técnicas e transparência	Prestar esclarecimentos, corrigir falhas e suspender atos se necessário
38	Transparência	Falha na publicação dos atos obrigatórios	Erro de sistema, ausência de publicação no PNCP/portal ou	Nulidade, questionamentos e atraso do procedimento	Baixa/Média	Alto	Alto	Administração	Conferir publicações, anexos, datas, prazos e disponibilidade integral dos	Republicar atos e reabrir prazo quando exigido

Nº	Etapa/Fase	Risco identificado	Causa provável	Consequência/impacto	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Responsável principal	Medidas preventivas	Medidas de contingência/resposta
			documentação incompleta						documentos	
39	Contratação integrada	Transferência inadequada de riscos à contratada ou à Administração	Matriz genérica ou omissa	Pleitos, litígios e insegurança sobre responsabilidades	Média	Alto	Alto	Administração	Alocar riscos ordinários de projeto/execução à contratada e riscos institucionais/extraordinários à Administração	Interpretar conforme matriz e legislação; formalizar decisão motivada em cada pleito
40	Encerramento/prestação de contas	Falha na documentação final para prestação de contas	Ausência de as built, ART/RR T, relatório s, medições, fotos, notas fiscais ou termos de recebimento	Glosas, restrições no Transfere gov e responsa bilização	Média	Alto	Alto	Administração/Contratada	Exigir documentação final como condição para recebimento definitivo e pagamento final	Notificar contratada, reconstituir documentos e sanar pendências antes do encerramento

Síntese conclusiva da matriz

A análise dos riscos demonstra que a contratação é **viável**, desde que a Administração adote especial cautela em quatro pontos centrais: **uniformização dos documentos quanto ao número de unidades habitacionais, robustez do anteprojeto e dos elementos técnicos da contratação integrada, compatibilidade do orçamento com o escopo efetivo e fiscalização rigorosa da execução contratual.**

O orçamento apresentado no Transferegov estrutura a obra em macroserviços relevantes, incluindo fundações, superestrutura, paredes e painéis, cobertura, revestimentos, pavimentação, instalações e infraestrutura/urbanização, o que reforça a necessidade de controle por etapas, medições detalhadas e compatibilização entre projetos e execução.

Orocó/PE, 09 de março de 2026.

Alexandre Bione Cavalcante

Responsável pela Elaboração do ETP

Rita de Cássia Lima

Engenheira

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2026-PMO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026-PMO

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

2.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

4.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

5.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Orocó, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

6.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

7.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e

que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

8.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública. O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

9.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.
(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante), para fins do disposto no Edital da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026, foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da Concorrência Eletrônica Nº 002/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Orocó antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2026-PMO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026-PMO

À
Prefeitura Municipal de Orocó/PE
A Comissão de Contratação.

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE OROCÓ/PE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:				CIDADE:		
CEP:				E-MAIL:		
TELEFONE:				FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:				TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:				CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUAN T.	UNIDA DE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA AV. PREFEITO ULISSES DE NOVAES BIONE, Nº 427, CENTRO, OROCÓ/PE, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A

DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EXECUÇÃO DE OBRAS Nº

**TERMO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A EMPRESA**

.....

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2026-PMO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2026-PMO

O **MUNICÍPIO DE OROCÓ/PE**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL** com sede na Av. Pref. Ulisses de Novaes Bione, 427, Orocó - PE, 56170-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.114.767/0001-03, neste ato representado pelo Sra. Secretária de Administração Célia Mária da Silva Pereira, brasileira, casada, portadora do CPF nº 681.578.604-82 e RG nº 3.818.273-SDS-PE com endereço na Av. São Sebastião, nº 215, Centro nesse Município de Orocó/PE, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 010/2026-PMO e em observância às disposições da Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 002/2026-PMO por, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação integrada de empresa de engenharia especializada para elaboração dos projetos básicos e executivos, bem como a execução integral das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais unifamiliares, com suas respectivas infraestruturas urbanas, hidrossanitárias, elétricas e de drenagem pluvial, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - FNHIS SUB 50, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo FNHIS 2025, devidamente aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Orocó/PE, bem como na proposta da Contratada adjudicada e homologada pela Contratante.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDAD E DE MEDID	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL

			A			
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global / empreitada por preço unitário total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Execução de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada a que: aos seguintes requisitos:

- a)* Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b)* Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação dos serviço;
- c)* Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- d)* Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.8. O Prazo de Execução dos Serviços objeto desse contrato é de 90 (noventa) dias. Contados a partir da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Execução dos Serviços

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

MATRIZ DE RISCO:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante, aqueles constantes na planilha anexa ao Edital

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal.

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista

ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no "SINAPI 04/2026"]

7.2. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Quando for o caso, exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

- 9.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24.** Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) indicado(s);
- 9.24.1.** O responsável técnico deverá se deslocar ao local demandado.
- 9.25.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.26.** Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

- 9.26.1.** Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 9.27.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.28.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.29.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.30.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.31.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.32.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.33.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.34.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.35.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.36.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.37.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.38.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.39. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.40. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.41. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.41.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.42. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações

posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.42.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.42.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.43. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.43.1.

9.43.2. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na

execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.43.3. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.44. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.46. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.1.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.1.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- b) Acompanhar a execução do contrato principal.
- c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

11.1.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

11.1.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

11.1.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

- a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.
- b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que

respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,1% a 5,0% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,1% a 5,0% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,1% a 5,0% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,1% a 5,0% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,1% a 5,0% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3.** Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Orocó-PE deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Orocó
Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade orçamentária: 9001 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Função: 16 - Habitação
Subfunção: 482 - Habitação Urbana
Programa: 1502 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS
Ação: 1.823 - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES
Despesa 304 A.4.90.51.00 Obras e Instalações
Fonte de recurso: 1 - MSC - 1-500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.0000
Ação: 1.824 - INFRAESTRUTURA PARA LOTEAMENTO URBANO
Despesa 305 4.4.90.51.00 Obras e Instalações
Fonte de recurso: t - MSC - 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - 1.500.0000

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orocó-PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-